



REDE EDUCAMISSAMI
Faculdade
Santíssimo Sacramento
ALAGOINHAS-BA

Cientíssimo

Coletânea de artigos científicos 2022



Jeane Denise de Souza Menezes
Lúcia Maria Sá Barreto de Freitas
Fabrício Santos de Faro
(Organizadores)

Cientíssimo

Cientíssimo

Coletânea de artigos científicos 2022

Faculdade Santíssimo Sacramento

Diretora Executiva Lúcia Maria Sá Barreto de Freitas

Diretor Acadêmico Fabrício Santos de Faro

Editora Chefe Jeane Denise de Souza Menezes

Conselho editorial Marcio Vila Flor
Adeildo Moacir Costa Magalhães
Moacir Lira de Oliveira
Manoel Messias S. de Oliveira
Edvam de Souza Santos
Edlam de Souza Santos
Leandro Carvalho Sanson
Fabrício Santos de Faro

Comitê Científico Claudia Cerqueira da Graça
Áurea da Silva Pereira
Gabriela Viana Ferreira

Secretária Executiva Gilmara da Glória Sá Barreto

Projeto gráfico e diagramação Jeane Denise de Souza Menezes

capa Adenilson José Ribeiro Junior

FICHA CATALOGRÁFICA

C569 Cientíssimo: Coletânea de artigos científicos 2022 / Organizadores: Jeane Denise de S. Menezes, Lúcia M^a Sá Barreto de Freitas, Fabrício S. de Faro. – Alagoinhas: Faculdade SS Sacramento, 2022.
99p.

E-book disponível em: www.fsssacramento.br/ebook/cientissimo-vol2.pdf

ISBN: 978-65-997645-1-6

Semestral

1. Pesquisa científica I. Menezes, Jeane Denise de Souza (org)
II. Freitas, Lúcia M^a Sá Barreto de (org) III. Faro, Fabrício Santos (org)
IV. Faculdade SS Sacramento V. Título.

CDU: 001.2

Bibliotecária : Iza Christina : CRB : 5/1042

Agradecimentos

Aos autores que se disponibilizaram a participar dessa obra, à Faculdade Santíssimo Sacramento que proporcionou a materialização desse projeto de divulgação científica e ao grupo do TI pelo suporte tecnológico.

Apresentação

O e-book CIENTÍSSIMO é uma coletânea de periodicidade semestral que tem como objetivo realizar a publicação dos estudos desenvolvidos por pesquisadores, professores, pós-graduandos e graduandos desta Instituição e demais Instituições parceiras.

Cada um dos autores é responsável por suas respectivas publicações, incluindo a correção ortográfica, conteúdos e autenticidade, eximindo a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MARIA EMÍLIA de qualquer responsabilidade pelas informações e opiniões contidas no mesmo.

Esta obra é a segunda coletânea intitulada “Cientíssimo: coletânea de artigos científicos 2022” apresenta seis artigos:

No capítulo 1, o trabalho “Cyberbullying e suicídio: o impacto em grupos adolescentes”, elaborado por Rita de Cassia de Freitas, Dileã do Carmo Chaves, José Fierre Esteves e Fabianno Andrade Lyra, analisa e discute acerca das ocorrências de suicídios entre os adolescentes que tem como causa a prática do cyberbullying.

No capítulo 2, o artigo elaborado por Tarso Marcelino Marques Balduino Cardoso Santos e orientado por Fábio da Silva Santos, analisa de que modo a falta de eficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol contribui para a continuidade dos incidentes raciais na modalidade, bem como elucida que a aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pelo referido ente promoveria o encorajamento das vítimas e autoridades em denunciar as condutas, desencadeando em um efeito cascata capaz de influenciar diretamente a forma como toda engrenagem futebolística e social trata a questão, através do trabalho intitulado “Bola na trave não altera o placar”: a ineficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol.

Posteriormente, no capítulo 3, o artigo elaborado pela discente do curso de bacharelado em administração Janaína Alves dos Anjos e orientado pelo professor Adeildo Moacir Costa Magalhães, investiga os impactos que a Logística Reversa pode exercer nas organizações e no meio ambiente do século XXI.

No capítulo 4, temos o artigo “A Etnomatemática como perspectiva motivadora no processo Ensino e aprendizagem da matemática de feirantes” elaborado por Juliana Matos de Melo, Jeane Denise de Souza Menezes, Leila Patrícia Santos, Gisele Santos Fernandes, Marcelino Pimentel de Souza e Ana Rita Santiago. Nesse artigo, os autores analisam, através de uma revisão bibliográfica, os conceitos de Etnomatemática e destaca suas contribuições para o ensino e aprendizagem de matemática, sobretudo para feirantes

E, finalizando, no capítulo 5, temos o artigo “O processo psicoterapêutico numa perspectiva junguiana e a dança sob o olhar de Laban” elaborado por Ana Fabíola Costa Homem Baptista Galvão e orientado por Samai Alcira Cunha. Nesse artigo, os autores analisam, os conceitos de dança como método e a prática do autoconhecimento como forma de se criar uma ponte para obter um conhecimento epistemológico.

Profa. Dra. Jeane Denise de Souza Menezes

Editora chefe da Revista Cientissimo

Sumário

1	Cyberbullying e suicídio: o impacto em grupos adolescentes	11
1.1	INTRODUÇÃO	12
1.2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.2.1	<i>Cyberbullying</i> na Adolescência	13
1.2.2	Suicídio, <i>cyberbullying</i> e adolescentes	14
1.3	METODOLOGIA	15
1.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
1.5	CONCLUSÃO	19
1.6	REFERÊNCIAS	20
2	“Bola na trave não altera o placar”: a ineficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol	23
2.1	INTRODUÇÃO	24
2.2	O DESPORTO E A JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA	26
2.2.1	ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA	30
2.3	A CHEGADA DO FUTEBOL NO BRASIL E A INSERÇÃO DOS NEGROS NO FUTEBOL BRASILEIRO	32
2.4	A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA NO COMBATE ÀS CONDUTAS RACISTAS NO FUTEBOL E SUAS CONSEQUÊNCIAS	38
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
2.6	REFERÊNCIAS	45
3	Logística reversa: uma abordagem dinâmica da sua importância na gestão empresarial contemporânea	49
3.1	INTRODUÇÃO	50
3.2	LOGÍSTICA EMPRESARIAL	51
3.2.1	Conceito de logística empresarial	51
3.3	LOGÍSTICA REVERSA	52
3.3.1	Conceito de Logística Reversa	52
3.3.2	Canais de distribuição reversos	53
3.4	ATUAÇÕES DA LOGÍSTICA REVERSA	55

3.4.1	Como fator de redução de custos	55
3.4.2	Como estratégia empresarial	57
3.4.3	Como responsabilidade ambiental	58
3.4.4	Como geradora de emprego	60
3.5	A LOGÍSTICA REVERSA NO BRASIL	61
3.5.1	A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)	61
3.6	EXEMPLOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE PRATICAM A LOGÍSTICA REVERSA	63
3.6.1	Natura	63
3.6.2	Caldo Bom	63
3.7	A LOGÍSTICA REVERSA NO EXTERIOR	63
3.7.1	Exemplos de empresas estrangeiras que praticam a Logística Reversa	64
3.8	METODOLOGIA	64
3.9	ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
3.10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
3.11	REFERÊNCIAS	67
4	A Etnomatemática como perspectiva motivadora no processo Ensino e aprendizagem da matemática de feirantes	69
4.1	INTRODUÇÃO	70
4.2	REFERENCIAL TEÓRICO	71
4.2.1	A formação do professor e seus desafios	71
4.2.2	A prática etnomatemática do professor	72
4.2.3	Olhar pedagógico sobre a Etnomatemática na feira livre	73
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
4.4	REFERÊNCIAS	76
5	O processo psicoterapêutico numa perspectiva junguiana e a dança sob o olhar de Laban	79
5.1	INTRODUÇÃO	80
5.2	REFERENCIAL TEÓRICO	80
5.2.1	O corpo e sua subjetividade através da metodologia de Rudolf Laban	80
5.2.2	O processo de autoconhecimento na psicologia analítica através da metodologia corporal de Laban	82
5.2.3	A possível cura através da Dança, por uma abordagem psicológica de Carl Gustav Jung	84
5.3	METODOLOGIA	86
5.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
5.5	CONCLUSÃO	88
5.6	REFERÊNCIAS	89
	ANEXO A – Sobre os autores	93

Capítulo 1

Cyberbullying e suicídio: o impacto em grupos adolescentes

Rita de Cassia de Freitas

ritafreitas11639@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

Dileã do Carmo Chaves

dileachaves9790@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

José Fierre Esteves

joseesteves11885@soumaissantissimo.com.br

Graduando em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Fabianno Andrade Lyra

docente.fabiannolyra@fsssacramento.br

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O *cyberbullying* é praticado através das mídias digitais, por meio das inúmeras interações sociais entre indivíduos. Como o nome já evidencia, seria a ocorrência de momentos de *bullying* contra uma determinada pessoa por meio da internet. Esses episódios podem gerar traumas de grande gravidade que podem levar os indivíduos a desenvolverem transtornos como ansiedade, depressão e podem o levar até o suicídio. Desse modo, o presente trabalho

acadêmico intenta em analisar e discutir acerca das ocorrências de suicídios entre os adolescentes que tem como causa a prática do *cyberbullying*. Durante a pandemia do Covid-19 a utilização das redes sociais foi intensificada fazendo com que os adolescentes passassem a estar em um estado de vulnerabilidade nas redes sociais. A partir da realização do presente trabalho foi possível compreender o que seria *cyberbullying* e o quanto as interações sociais possuem influência tanto nos números de suicídio quanto na vida de adolescentes que sofrem tal prática.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes. *cyberbullying*. Suicídio.

1.1 INTRODUÇÃO

O *cyberbullying* poderia ser compreendido como a prática de atos de *bullying* que é realizado a partir das interações virtuais na internet. Dessa forma, ele pode ocorrer a partir das redes sociais, por trocas de mensagens, a partir da interação de jogos virtuais e por celulares, sendo este, um comportamento que ocorre de maneira repetitiva, com o objetivo de amedrontar, causar ataques de fúria ou envergonhar a vítima (BORDMAN; PATELA; ALMEIDA, 2018).

Percebe-se que as práticas de *bullying*, tanto de maneira virtual, quanto de maneira real prejudicam diretamente inúmeros indivíduos, que acabam por desenvolver sérios distúrbios tais como: ansiedade e depressão, que podem levar um indivíduo a cometer suicídio (BOTINNO *et al*, 2015).

A partir das premissas demonstradas, é necessário intentar ainda, que os adolescentes acabam por serem fortes alvos para a prática do *cyberbullying*, aonde a adolescência consiste em um período muito difícil na vida de inúmeras pessoas aonde existe uma necessidade de reconhecimento e aceitação por parte dos grupos sociais (OLIVEIRA, 2018).

Evidenciando o Brasil, cerca de 30,3% das pessoas que vivem no país possuem entre 10 e 24 anos, o estimaria cerca de 54 milhões de pessoas que se encontram na juventude e adolescência e estariam correndo maiores riscos às vulnerabilidades sociais, tais como a utilização de drogas, relações sexuais desprotegidas e menos autocuidado com a saúde, que seriam motivos plausíveis para quaisquer ocorrências de *bullying* (COSTA, 2020).

Desse modo, percebe-se que o presente tema possui uma grande expressividade no contexto atual, já que possibilita a investigação de como as redes sociais interferem na vida dos adolescentes e como estes lidam com as interações virtuais que ali ocorrem, sendo relevante de forma acadêmica, social e cultural.

A questão-problema do presente artigo consiste no seguinte questionamento: Qual a influência do *cyberbullying* nos índices de suicídio que ocorrem em meio a adolescentes? Tendo como hipótese a seguinte afirmativa: Os atuais níveis de suicídio que ocorrem entre os adolescentes têm relação direta com o crescente índice de *cyberbullying* praticado.

O objetivo geral do presente artigo é analisar a influência do *cyberbullying* nos índices de suicídio entre adolescentes, tendo como objetivos específicos: discutir acerca do conceito de *cyberbullying*, analisar o suicídio na adolescência, relacionar os índices de suicídio entre adolescentes ao cometimento de *cyberbullying*.

Para o desenvolvimento da obra, a pesquisa foi estruturada em três seções, de modo a permitir um melhor entendimento em conjunto com uma sequência lógica do tema proposto.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.1 *Cyberbullying* na Adolescência

Wend e Lisboa (2013) afirmam que a compreensão acerca da violência e da agressividade sofreram grandes modificações, sofrendo ampliações. Notou-se uma gama de cientistas que realizaram pesquisas de como eram realizadas as diferentes manifestações dos atos agressivos em diferentes contextos culturais chegando à conclusão de que estes eram prejudiciais tanto ao físico quanto ao psicológico dos indivíduos.

De acordo com os autores o processo de realização de *bullying* nascem e tem seu desenvolvimento com indivíduos com idade jovem, sendo associado a episódios de agressões físicas e verbais, que acabam acarretando efeitos indiretos como o isolamento do indivíduo. Estes ataques são embasados muitas vezes em um sentimento de inveja, intolerância ou preconceito e ocorrem em sua maioria na instituição escolar.

Conforme Souza, Simão e Caetano (2014) a violência praticada por adolescentes no contexto educacional causa inúmeros sentimentos negativos. Conforme a própria Organização Mundial da Saúde apontou, a questão da violência passou a ser um caso de saúde pública, que ocorre em todo o globo terrestre, sendo que a violência entre jovens um fator alarmante nas últimas décadas.

Os autores caracterizam o *cyberbullying* como a ocorrências de um comportamento que pode ser caracterizado como intencional, que exercido de modo consciente, deliberado, com práticas hostis e sistemáticas, podendo-se exercido em conjunto ou não com o intuito de ferir um indivíduo a partir de recursos tecnológicos.

Conforme já demonstrado, o *cyberbullying* seria o *bullying* praticado no meio virtual. A expressão “nativo digital” diz respeito aos indivíduos que já possuíam uma utilização comum dos meios virtuais para interações comuns. Note-se que estas práticas de interações acabaram por resultar no desenvolvimento do *cyberbullying* que acaba por alterar os paradigmas estabelecidos pelo *bullying* escolar que necessitava de uma estrutura física para ser praticado e passa a se utilizar das ferramentas digitais para exercer as práticas nocivas (MATOS *et al*, 2011).

Note-se que as práticas que ocorrem de maneira virtual podem ocorrer normalmente na vida real e consistem em: disseminar mentiras ou realizar o compartilhamento de fotos que possam deixar seus protagonistas embaraçados ou envergonhados, realizar o envio de mensagens que possam vir a ameaçar ou humilhar um indivíduo por intermédio das redes virtuais, se utilizar dos perfis “fakes” para realizar o envio de mensagens que sejam agressivas ou maldosas.

1.2.2 Suicídio, *cyberbullying* e adolescentes

O *cyberbullying* é a prática do *bullying* em ambientes virtuais. O *bullying* pode ser caracterizado por uma violência perseguidora e constante. O *cyberbullying* se utiliza meios eletrônicos com o intuito de agredir, humilhar e causar desconforto em outro indivíduo.

O uso das novas tecnologias, com acesso à internet, tem crescido muito na vida dos adolescentes ao longo da última década. O *cyberbullying* tem como principal objetivo prejudicar a reputação da vítima, com repercussões que podem ser ainda maiores do que aquelas observadas no *bullying* tradicional. A vitimização relacionada ao *cyberbullying* está associada a problemas sociais e de comportamento, incluindo sintomas depressivos, abuso de substâncias psicoativas, tentativas de suicídio e suicídio, constituindo-se assim em problemas significativos para a saúde mental dos adolescentes.

Outro fator próprio do *cyberbullying* é a infinidade do espaço que o perpetrador tem para ofender. O cyberspace não tem limites, fronteiras ou controle de tempo. A vítima pode ser alvo em qualquer lugar ou hora, incluindo inclusive os momentos em que se encontra na privacidade da sua própria casa ou até mesmo na cama (STICCA; PERREN, 2013). O *cyberbullying* proporciona ainda outra singularidade importante, que é o ser acessível a qualquer um e envolver um componente de desinibição que só nele é encontrada (ANTONIADOU *et al*, 2016).

A maioria dos estudos até hoje incidiram sobre adolescentes, tendo-se chegado à conclusão que o pico de prevalência de *cyberbullying* ocorre entre os 12 e os 15 anos de idade (TOKUNGA, 2010).

O suicídio constitui uma tragédia dolorosa (mas evitável em alguns casos), sendo, infelizmente, uma das causas mais comuns de morte em adolescentes. Representa, pois, um verdadeiro problema de saúde pública (MESSIAS *et al*, 2014; DURKEE *et al*, 2011).

A Organização Mundial da Saúde estima que em cada 40 segundos se suicida uma pessoa, representando nas idades entre os 15 e os 24 anos a segunda causa de morte (SAMPASA KANYINGA E HAMILTON, 2015; DAINE *et al*, 2013). Estima-se que 66% dos casos de suicídio sejam cometidos por jovens de sexo masculino e que 66% das tentativas de suicídio são praticadas por jovens de sexo feminino. Acrescendo que por cada suicídio concretizado, 5 existem 4 a 10 tentativas de suicídio. As vítimas de *cyberbullying*, quando comparadas com

as que nunca foram bullied têm indiscutivelmente uma maior probabilidade de desenvolverem pensamentos e tentativas de suicídio (SHECK; FREMOUW, 2012).

As vítimas de *cyberbullying* têm, comprovadamente, um risco acrescido de depressão, de tentativa de suicídio e de pouca autoestima (HINDUJA, 2010). O uso da internet pode levar nomeadamente a cybersuicídio devido à facilidade de acesso à informação sobre o mesmo, quando um adolescente não está na sua plenitude mental (DIOMIDOUS *et al*, 2016).

O *cyberbullying* pode ser particularmente cruel, possibilitando que se acrescentem sempre palavras diferentes, que se modifique a maneira de estar e de atacar os outros, que se divulguem e/ou alterem fotografias, que se juntem sons, etc. (SABELLA *et al*, 2013). Sabella *et al*. (2013) chegaram à conclusão que não existe efetiva causa direta que leve uma vítima de *cyberbullying* ao suicídio. O que existirá é uma correlação entre o *cyberbullying* e o suicídio conjuntamente com a depressão, o isolamento social e outros distúrbios psiquiátricos.

1.3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica do estudo está amparada nos seguintes critérios: Quanto a sua natureza é uma pesquisa básica, que segundo Prodanov e Freitas (2013) p. 51 “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”; quanto aos seus objetivos é uma pesquisa exploratória, que definida por Prodanov e Freitas, 2013, p. 51, ocorre:

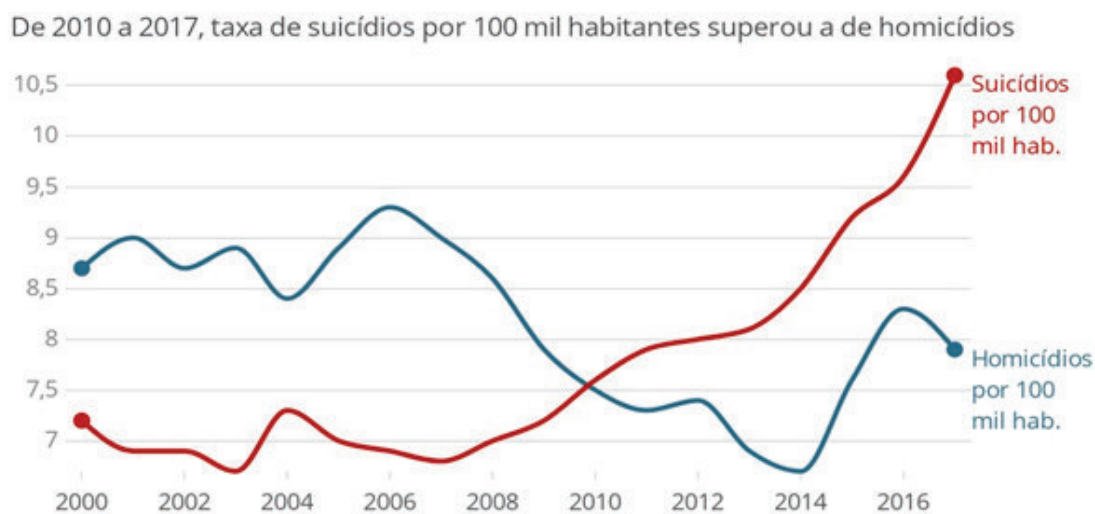
Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

Quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica, sendo esta “elaborada a partir de material já publicado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54); e quanto a abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, a qual considera no seu bojo que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69).

1.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de todas as considerações realizadas, se torna necessário realizar uma análise acerca de como o *cyberbullying* e as taxas de suicídio se correlacionam. Em outubro de 2019 foi publicado um estudo da National Center for Health Statistics revelando que o número de suicídios na faixa etária entre 10 e 24 anos aumentou mais que a metade entre os anos de 2007 e 2017, superando significativamente o número de homicídios que acontecem nesse grupo populacional, conforme é evidenciado pela Figura 1.1.

Figura 1.1: Mortes Violentas nos EUA(10 a 24 anos)



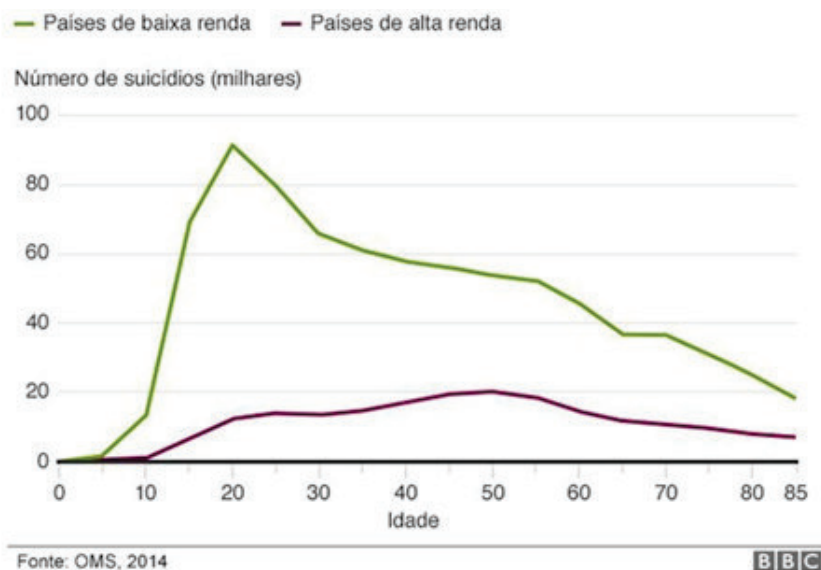
Fonte: National Center for Health Statistics (outubro 2019)

Fonte: National Center for Health Statistics (2019)

Percebe-se que a imagem acima (Figura 1.1) realiza uma demonstração de dados, referentes a uma comparação das taxas de suicídios e homicídios ocorridas entre 2000 e 2017. Os critérios utilizados foram a idade dos indivíduos que possuíam de 10 a 24 anos, e os dados foram demonstrados com a quantidade destacada a cada cem mil habitantes, sendo um valor anual. O gráfico demonstra que houve estabilidade no número de casos de suicídio e homicídio entre 2000 a 2007 e acentuada queda do número de homicídios entre 2007 e 2011 e aumento do número de casos de suicídio durante o mesmo período, sendo que em 2010 ambos os valores dos respectivos números de casos se equivalem, porém após esta data o quantitativo de suicídios cresce significativamente ultrapassando o número de homicídios praticamente 30 % até 2017.

Novamente fazendo uma análise a nível global, se torna interessante analisar a idade em que mais ocorrem suicídios, percebe-se que a Figura 1.2, demonstra que em países desenvolvidos, as taxas de suicídio dão menores do que em países subdesenvolvidos.

Figura 1.2: Suicídios Globais por Idade



Fonte: OMS (2014)

Novamente fazendo uma análise a nível global, se torna interessante analisar a idade em que mais ocorrem suicídios, percebe-se que a Figura 1.2, demonstra que em países desenvolvidos, as taxas de suicídio dão menores do que em países subdesenvolvidos.

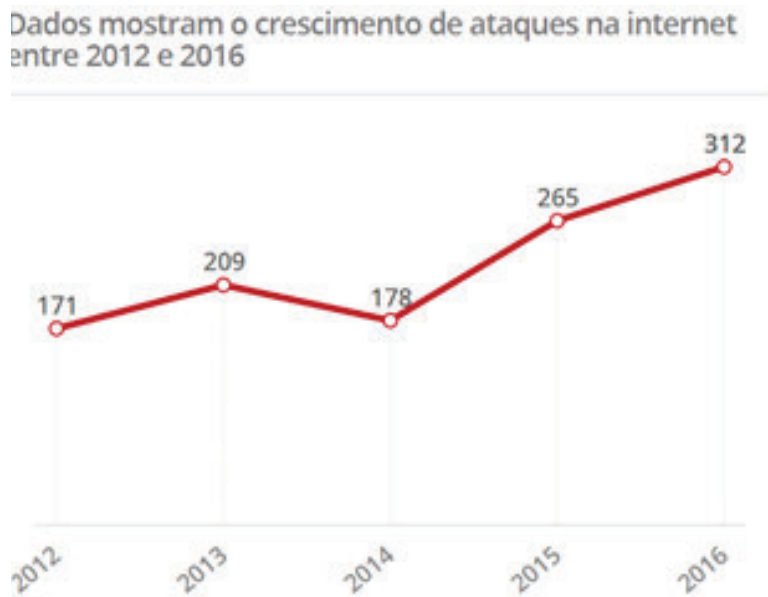
Ademais, em uma análise estrita ao gráfico presente na Figura 1.2, nota-se que o pico do cometimento de suicídios se dá entre os quinze e vinte anos de idade, que seria durante a fase da adolescência, sendo que este número se encontra dispersos entre vinte e cinquenta anos quando observada a faixa roxa que corresponde aos países desenvolvidos.

A Figura 1.3, faz uma análise bem simples, de forma comparativa dos casos de *cyberbullying* que ocorrem e que são denunciados. Percebe-se que em 2012 houveram 171 casos, com um aumento no ano posterior com o registro de 209 casos, com uma diminuição no ano de 2014 com a ocorrência de 178 casos e depois com um constante aumento nos anos subsequentes de 2015 e 2016 com a ocorrência de 265 e 312 casos consecutivamente.

Note-se que a pesquisa realizada acima não delimitou apenas o público jovem, mas que estes fazem parte da contabilização total.

Dessa forma, nota-se que os números são crescentes, e que se torna expressivo que a prática de *bullying* matem alguma correlação com o suicido, mas é necessário verificar mais a fundo. Diante disso, se torna interessante trazer a última imagem que será analisada, que demonstra quais os tipos de violência que são sofridos pelos adolescentes e quais as motivações para que a violência seja realizada.

Figura 1.3: Casos de Cyberbullying crescem no Brasil



Fonte: OMS (2016)

Percebe-se na Figura 1.4, que existem as violências verbais, físicas, as perseguições e intimidações, o *bullying*, a depredação, o envolvimento com drogas ou o consumo das mesmas, o *cyberbullying*, o envolvimento com drogas e com o tráfico de drogas, violências ou abusos de cunho sexual, dentre outros.

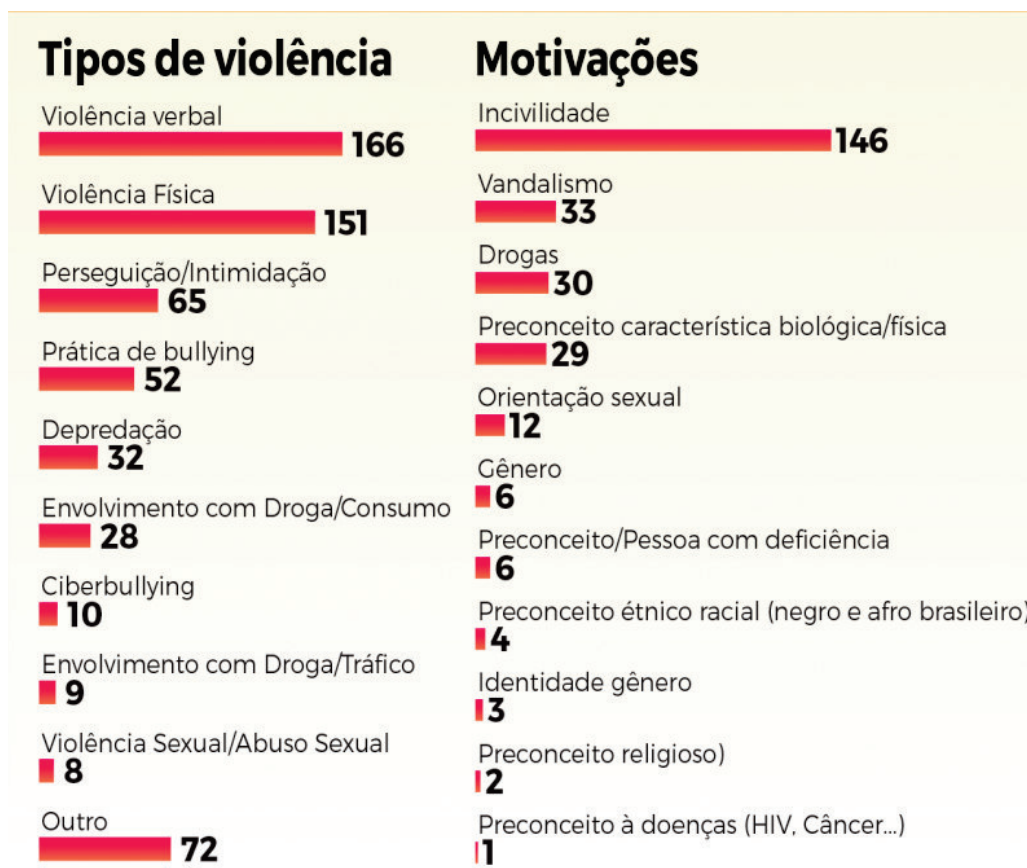
Nota-se que o *cyberbullying* aparece de maneira expressiva como um dos tipos de violência sofridos pelos adolescentes e inclusive, ele pode ser um instrumento para que as demais violências sejam realizadas.

Dessa forma, a partir de todos os dados e tabelas demonstradas nota-se que alguns autores já se posicionaram acerca do tema. Conforme Bortman, Patella e Almeida (2018) os adolescentes possuem uma certa limitação na capacidade pessoal de resolução de conflitos, com uma grande dificuldade de exteriorizarem seus sentimentos, sendo que estes fatores acabam por intensificar os sentimentos de estresse, ansiedade e depressão.

Ademais, os autores destacam que o *cyberbullying* isoladamente não realiza induções ao suicídio, mas que os adolescentes que o sofrem acabam por associar o uso de drogas ou de álcool em suas vidas o que acaba por intensificar seus sentimentos negativos.

Conforme Barzily (2017) para que o adolescente seja levado a cometer o suicídio devido a prática do *bullying* é necessário que este esteja passando por uma fase de instabilidade psíquica que leva a ausência de sentimentos de esperança, o que se transforma em um gatilho, quando associado a fatores externos.

Figura 1.4: Tipos de Violência e Suas Motivações



Fonte: Alves (2019)

Dessa forma, percebe-se que o *cyberbullying* consiste em um dos fatores de grande relevância que devem ser analisados com apreço pelos responsáveis pelos adolescentes. Não se trata de um tema que deve ser analisado com leviandade.

Trazendo ainda um contexto mais atual, aonde a pandemia do Covid-19 requisitou de muitas pessoas a prática de isolamento social, a utilização de redes sociais foi intensificada e os chamados “cancelamentos”, que são frutos do efeito *Copypcat*, ocorreram de maneira brutal. Conforme o posicionamento de Ribeiro (2019) ele afirma que a internet está sendo utilizada para dar publicidade a coisas que deveriam tidas como privadas, fazendo com que os adolescentes passem a estar em um estado de vulnerabilidade na rede social.

1.5 CONCLUSÃO

A partir da realização do presente trabalho foi possível compreender o que seria o *cyberbullying*, e o quanto as interações sociais possuem influencia na vida dos adolescentes.

Em relação ao número de suicídios, percebe-se que este consiste em um conjunto de fatores, que inclui o *cyberbullying*, sendo que este pode ser considerado como uma das causas que pode vir a influenciar no cometimento de um suicídio por um adolescente.

Desse modo para responder a pergunta-problema: Qual a influência do *cyberbullying* nos índices de suicídio que ocorrem em meio a adolescentes? Percebe-se que a presente prática possui uma grande influência no cometimento de suicídio de adolescentes que sofrem tal prática, confirmando a hipótese de que os atuais níveis de suicídio que ocorrem entre os adolescentes têm relação direta com o crescente índice de *cyberbullying* praticado.

Logo, cabe aos pais e responsáveis sempre estarem presentes, tanto no ambiente doméstico, quanto na instituição escolar a fim de identificar algum indício de que o adolescente possa estar passando por *cyberbullying* e esteja pensando em tirar a própria vida.

1.6 REFERÊNCIAS

BARZILAY, Shira *et al.* Bullying Victimization and Suicide Ideation and Behavior Among Adolescents in Europe: A 10-Country Study. **Journal of Adolescent Health**. 2017, p.1-8.

BORTMAN, Roberto; PATELLA, Karen; DE ALMEIDA, Roberto Luiz Pardini Ferreira. *Bullying e cyberbullying: A relação com o suicídio na adolescência e suas implicações penais*. **Unisanta Law and Social Science**, v. 7, n. 3, p. 219-235, 2019.

BOTTINO, S. M. B. *et al.* *cyberbullying* and adolescent mental health: systematic review. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(3), mar. 2015. p.463-475.

COSTA, Lediana. Análise da vulnerabilidade entre estudantes da rede pública e privada. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 3, n. 1, 2020.

FRANÇA, D. X. DE; MONTEIRO, M. B.. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. **Análise Psicológica**, 22(4), 705-720, 2004.

LEAHY, Robert L. **Livre de ansiedade**. Artmed Editora, 2012.

LIPP, Marilda Novaes; MALAGRIS, Lucia Novaes. O modelo Quadrifásico do Stresse. In: LIPP, Marilda Novaes e MALAGRIS, Lucia Novaes, **O Stress Emocional e seu Tratamento**. São Paulo: Artes Medicas. 2013.

MATOS, Armanda *et al.* Agir contra o *cyberbullying* –manual de formação. **Literacia, Media e Cidadania**, p. 183-196, 2011.

MUNIZ, Monalisa; FERNANDES, Débora Cecílio. Autoconceito e ansiedade escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 427-436, 2016.

NORONHA, Ana Paula Porto; FERNANDES, Dario Cecilio. Estresse laboral e raciocínio inferencial: um estudo correlacional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 596-607, dez. 2007 .

OLIVEIRA, Luizir de. O suicídio: um problema (também) filosófico. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 83-97, jan./jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Quase 800 mil pessoas se suicidam por ano**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-quase-800-mil-pessoas-sesuicidam-por-ano/>. Acesso em: 26 ago. 2021

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, Apr. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, Neide Aparecida. *cyberbullying* . **Práticas e consequências da violência virtual na escola**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

SANTOS, Ana Flávia de Oliveira; CARDOSO, Carmen Lúcia. Profissionais de saúde mental: estresse e estressores ocupacionais stress e estressores ocupacionais em saúde mental. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 245-253, 2010.

SARDINHA, Antonio Carlos; RIBEIRO, Rômulo Cambraia. **A memória escolar de travestis e transexuais: relatos e apontamentos de pesquisa Florianópolis**: Unifap, 2019. 321 p.

SOUZA, Sidclay Bezerra; SIMÃO, Ana Margarida Veiga; CAETANO, Ana Paula. *cyberbullying* : percepções acerca do fenômeno e das estratégias de enfrentamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, p. 582-590, 2014.

WENDT, Guilherme Welter; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do *cyberbullying* . **Psicologia Clínica**, v. 25, p. 73-87, 2013.

BOTTINO S.M.B; SANTOS, R. M., MARTINS, B. DE C., REGINA, C.G.
Repercussões do *cyberbullying* na saúde mental dos adolescentes. **Debates em Psiquiatria [Internet]**. 30º de abril de 2015 [citado 28º de outubro de 2021];5(2):20-7. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/171>

Capítulo 2

“Bola na trave não altera o placar”: a ineficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol

Tarso Marcelino Marques Balduino Cardoso Santos

tarso.cardoso7@gmail.com

Advogado OAB/BA. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Ruy Barbosa

Fábio da Silva Santos

fabiosantosdireito@gmail.com

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O presente artigo tem por escopo analisar de que modo a falta de eficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol contribui para a continuidade dos incidentes raciais na modalidade, bem como elucidar que a aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pelo referido ente promoveria o encorajamento das vítimas e autoridades em denunciar as condutas, desencadeando em um efeito cascata capaz de influenciar diretamente a forma como toda engrenagem futebolística e social trata a questão. Nesta senda, por intermédio da pesquisa, concluiu-se que a ineficácia na apreciação e julgamento dos casos, junto à (in)aplicabilidade ou cominação de sanções insignificantes impostas pelos Tribunais Desportivos são os prin-

cipais fatores que cooperam com a conjuntura racista que se impõe sobre o desporto pátrio. No que tange ao traçado metodológico do presente estudo, o pesquisador utilizou o método hipotético-dedutivo. Quanto aos objetivos, empregou a pesquisa exploratória-descritiva. Como metodologia aplicada a este trabalho, operou-se pela bibliográfica, recorrendo a artigos científicos, livros e julgados; quanto à natureza dos dados, procedeu-se por perquirição quantitativa e predominantemente qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Futebol. Sanções. Ineficiência. Justiça Desportiva.

2.1 INTRODUÇÃO

A justiça desportiva brasileira é considerada entidade de direito privado detentora de interesse público, que possui como função solucionar as questões de natureza desportiva definidas pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Tal ente é estruturado por um grupo de juízos autônomos e independentes das instituições que controlam o desporto pátrio.

Sendo assim, a justiça desportiva brasileira tem competência para deliberar, exclusivamente, sobre disciplina que envolva diretamente as competições desportivas. Destarte, por efeito, nenhum outro tipo de conflito de interesses pode ser resolvido pela seara jurídica desportiva, tendo em vista que, como demonstrado, esta não detém competência para tal.

Seguindo essa linha, no que concerne às condutas racistas dentro das competições desportivas brasileiras, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) não faz distinção das espécies de injúria racial e racismo, optando por regulamentação exclusiva relativa à prática de ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, consoante prescreve o Art. 243-G do citado diploma legal, a saber:

Art 243-G. Praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. PENA: suspensão de cinco a dez partidas, se praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica.

Portanto, na seara jurídica desportiva brasileira, o racismo trata-se de ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, em razão de origem étnica, raça ou cor, sendo imperioso frisar que esta intolerância tem raízes profundas nos anais do esporte. A título de exemplo, ainda nos primórdios do século XX, os negros eram proibidos de ter acesso aos gramados.

Nessa perspectiva é que o futebol e a discriminação racial, lastimavelmente, vêm caminhando lado a lado, vez que com o passar dos anos, apesar de inegáveis avanços, assim como na sociedade em geral, o racismo permanece arraigado. Com base neste fato é que se torna indispensável a reflexão acerca dos motivos que contribuem para a continuidade de atos racistas no meio do futebol, sendo inevitável, por todo histórico, a percepção de que a ineficácia na apreciação e julgamento dos casos, junto a (in)aplicabilidade ou cominação de sanções insignificantes impostas pelos Tribunais Desportivos são os principais fatores que cooperam com a conjuntura racista que se impõe sobre o desporto pátrio.

Assim, com o passar do tempo e a assiduidade de condutas racistas no futebol, percebe-se que fora criado um senso de impunidade na seara desportiva brasileira. Em consequência disso, agressores acreditam que não há normas capazes de puni-los; por esse motivo as próprias vítimas deixam de acusar, por receio de retaliações, bem como por desacreditarem do sistema processual desportivo nacional, tendo em vista o histórico impune que se impõe, razões as quais acarretam na banalização da discriminação racial dentro da modalidade.

Por outro lado, vislumbrando uma necessária mudança deste panorama, cumpre trazer à tona que a aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pela esfera jurídica desportiva brasileira promoveria o encorajamento e a disposição das vítimas denunciarem as práticas racistas. Ocorre que, isto apenas acontecerá se a justiça desportiva brasileira de fato tomar as rédeas da situação, com a logicidade de apoiar políticas que anseiem por igualdade e, sobretudo, atuando através do seu papel primordial, que é a aplicação efetiva das suas normas, a fim de dirimir os incabíveis casos discriminatórios tão frequentes no futebol pátrio.

Considerando tais pressupostos, o objetivo geral do presente estudo consistiu em analisar de que modo a falta de eficiência da justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol contribui para a continuidade dos incidentes raciais na modalidade, bem como elucidar que a aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pelo referido ente promoveria o encorajamento das vítimas e autoridades em denunciarem as condutas, desencadeando em um efeito cascata capaz de influenciar diretamente a forma como toda engrenagem futebolística e social trata a questão.

Quanto aos objetivos específicos, foram definidos três: I. averiguar como se deu a inserção dos negros no futebol brasileiro; II. examinar os motivos que contribuem para a continuidade de atos racistas no meio do futebol brasileiro; III. evidenciar a necessidade da aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pela esfera jurídica desportiva brasileira.

No que tange ao traçado metodológico do presente estudo, o pesquisador utilizou o método hipotético-dedutivo. Quanto aos objetivos, empregou a pesquisa exploratória- descritiva; quanto às fontes de informação e coletas de dados, operou-se pela bibliográfica, recorrendo a artigos científicos, livros e

julgados; quanto à natureza dos dados, procedeu-se por perquirição quantitativa e predominantemente qualitativa.

2.2 O DESPORTO E A JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA

Antes de discorrer sobre o Direito Desportivo em si, faz-se necessário falar sobre o desporto, que é o objeto do Direito Desportivo. O desporto pode ser compreendido, segundo Brohm (1976, p. 45), como um “sistema institucionalizado de práticas competitivas, com dominante física, delimitadas, codificadas, regulamentadas convencionalmente, cujo objetivo é apurar o melhor concorrente, ou registrar a melhor performance”. Assim, o desporto é visto como um relevante fenômeno educativo, cultural, social, econômico e político, existente desde os primórdios da civilização.

Nesse sentido, manifesta-se Perry (1978, p. 75):

(...) o desporto extravasa os limites demarcados no campo de disputa para a esfera dos conselhos legiferantes e, por isso, a necessidade de sua ordenação. Saindo de dentro, para fora, das regras do jogo para as regras da atividade, deu nascimento ao seu Direito, a realidade do Direito desportivo.

Convém notar que o esporte trata-se de elemento educativo porque é prática que tem o poder de adentrar nos diversos níveis do ciclo social, como forma de inserção e evolução da comunidade. Ademais, é mecanismo que expressa a cultura dos povos, podendo por isso ser considerado um fenômeno cultural. Também é considerado um fenômeno político, vez que por vezes é utilizado como forma de dominação ideológica. É tido, ainda, como importante elemento econômico, por despertar interesse financeiro relevante, atraindo para si e para o seu entorno investimentos grandiosos, tanto no setor público, como no privado.

Em decorrência de todos estes fatores, surgiu, então, a necessidade de se regular o esporte e, considerando todo o contexto histórico que o envolveu, não é exagero afirmar que a Constituição Federal de 1988 foi o instrumento revolucionário do desporto nacional. Isto porque, pela primeira vez na história do Brasil, a Carta Magna tratou a atividade desportiva como uma das bases que formam o Estado. Assim, o panorama desportivo foi modificado, e o que anteriormente era visto com descrença e preconceito, passou a ser enxergado como alicerce na integração social dos brasileiros.

A chamada “Constituição Cidadã” concedeu um caráter comunitário ao esporte, prescrevendo em seu art. 217, caput, ser do Estado o dever de incitar

práticas desportivas formais e não formais, como um direito individual. Outrossim, em seus incisos I, II, III, IV e parágrafos 1º, 2º e 3º, o referido artigo determinou a garantia à autonomia de associações esportivas; o investimento no desporto educacional e, em casos específicos, no de alto rendimento; a diferenciação entre o desporto profissional e o amador; a proteção e o incentivo às manifestações desportivas; o incentivo ao lazer, como forma de promoção social; além de peculiaridades processuais referentes à disciplina e às competições desportivas:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Nesse caminho, ao ter expressado o dever do Estado em estimular a prática desportiva, a Carta Magna asseverou a relevância dos esportes para o povo brasileiro. Logo, seja no modo amador/educacional ou nos esportes profissionais, de alto-rendimento, o entusiasmo do Brasil pelo desportismo (especialmente no futebol, vez que as outras modalidades não detinham tamanha atenção do Estado) passou a fazer efeito, desde a sua inerente função social até o caráter patriota que remetia a sociedade a um misto de liberdade e distração.

Concernente ao desporto amador/educacional, como instrumento de lazer, Araújo (1999, p. 369-370) esclarece que:

O desporto praticado como forma de lazer, costumeiramente denominado desporto de participação, compreende as modalidades desportivas que visem contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e na preservação ambiental. Aqui, o principal dever do Estado é o de fomento e preservação de áreas verdes e

institucionais (parques, praças etc.), para o favorecimento da prática esportiva.

Já sobre a constitucionalização do desporto, na compreensão de Melo Filho (1995, p. 34):

A constitucionalização do desporto através do art. 217 da Carta Magna de 1988 teve, primacialmente, a virtude de ressaltar que as decantadas potencialidades do desporto brasileiro ganham mais consistência e força expressiva, quando é a própria Constituição que aponta diretrizes para que as atividades desportivas desenvolvam-se em clima de harmonia, de liberdade e de justiça com sentido de responsabilidade social, além de dotar o desporto nacional de instrumentos legais para, se não reduzir, pelo menos resolver desportivamente grande parte das demandas entre os atores desportivos.

Assim, o direito individual ao desporto se consumou através da efetivação da responsabilidade do Estado em assegurar o suporte e possibilitar a prática dos esportes no Brasil, a fim de garantir a eficácia das normas constitucionais como forma de promoção e desenvolvimento da função social na vida dos brasileiros, especialmente dos menos favorecidos. Entretanto, a preservação desse direito atravessou grandes percalços, especialmente quando o Estado passou a não fruir de recursos capazes de atingir o propósito delineado pela Carta Magna de 1988.

Por esse ângulo, em decorrência dos regulamentos surgidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e das dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento do desporto, foram elaboradas outras legislações independentes, às quais fizeram referência e incrementaram a estrutura jurídica desportiva pátria. Destaque para as Leis 9.615/98 (BRASIL, 1998) e 9.981/00 (BRASIL, 2000), além das Medidas Provisórias 2.193-6/01 (BRASIL, 2001) e 39/02 (BRASIL, 2002), que acabaram por cumprir um importante papel na solidificação da função social dos esportes, no Brasil.

Isto posto, a Lei nº 8.672 (BRASIL, 1993), famigerada “Lei Zico” estabeleceu preceitos gerais sobre o esporte e inaugurou um vão para que a legislação pátria debatesse o vínculo entre clubes e atletas, assim como conceituou de forma mais abrangente o desporto, entre outras relevantes contribuições. De igual importância se deu a promulgação da Lei 9.615/98 (BRASIL, 1998), conhecida como “Lei Pelé”, que acabou por revogar a Lei Zico, dando continuidade à evolução estrutural e jurídica do desporto nacional.

Calha que, com o advento de tantas legislações esparsas, percebeu-se a necessidade de se agrupar os diplomas legais que tratavam do desporto brasileiro, de modo a facilitar a compreensão e democratizar ainda mais os esportes. Por isso, justamente com a finalidade de se obter maior entendimento e efetividade das diretrizes que guiam o desporto pátrio é que fora promulgado o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), no ano de 2003.

Deste modo, o CBJD (BRASIL, 2003) se destina à estruturação, ordenação e às prerrogativas da Justiça Desportiva brasileira, assim como é o responsável pelo estabelecimento de transgressões disciplinares desportivas e suas punições (idem). Averigua-se, então, que o CBJD abrange todas as entidades abarcadas pelo Sistema Nacional do Desporto, possuindo como função precípua solucionar às questões de natureza desportiva que englobam às pessoas físicas e jurídicas de direito privado, incumbidas do gerenciamento, apoio e prática do desporto.

O artigo 1º do mencionado código prescreve:

Art. 1º - A organização, o funcionamento, as atribuições da Justiça Desportiva brasileira e o processo desportivo, bem como a previsão das infrações disciplinares desportivas e de suas respectivas sanções, no que se referem ao desporto de prática formal, regulam-se por lei e por este Código.

Nesta perspectiva, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (Idem) veio para assegurar a eficácia do desporto no país, servindo como instrumento de legitimação no que diz respeito ao suporte das atividades desportivas, assim como sendo um dispositivo capaz de assegurar o esporte como um relevante fenômeno cultural, social, econômico e político, no Brasil.

Ratifica Melo Filho (1995, p. 23-24):

Aduza-se, ainda, que ao compartilhar estímulos, emoções e ilusões, os povos se unem e não se separam, e, quando se joga ou se compete, as diferenças socioculturais desaparecem, pois, nos campos e quadras desportivas, custa distinguir o banqueiro do bancário, o aristocrata do trabalhador (...).

Nesse diapasão, detectou-se a necessidade do estabelecimento de normas gerais no sistema desportivo, tendo em vista o exponencial crescimento do desporto junto à toda sociedade brasileira.

2.2.1 ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA

A Justiça Desportiva pode ser entendida como o agrupamento de órgãos judiciais constituintes das diversas instâncias desportivas, que tem por finalidade a aplicação dos regramentos desportivos relativos à disciplina e às suas competições. Nas palavras de Paulo Marcos Schmitt (2006, p. 18):

É o conjunto de instâncias desportivas autônomas e independentes, consideradas órgãos judicantes que funcionam junto às entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, com atribuições de dirimir os conflitos de natureza desportiva e de competência limitada ao processo e julgamento de infrações disciplinares e procedimentos especiais definidos em códigos desportivos.

Ademais, apesar de ser chamada de Justiça, a Justiça Desportiva acaba por não ter ligação direta com o poder judiciário, estando sempre ligada a uma entidade administrativa. Deste modo, a título de exemplo, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) é associado a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), mantendo, em contrapartida, sua independência.

Nesse raciocínio, esclarece Carreira Alvim (2018, p. 45):

Existe um verdadeiro organismo judiciário, integrado por diversos órgãos, atuando no território nacional, e, afora esses, nenhum outro, ainda que receba a denominação de “tribunal”, exerce a jurisdição, não sendo, portanto, jurisdicionais o Tribunal Marítimo, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Justiça Desportiva, sendo meros órgãos administrativos atuando de forma análoga à atuação da justiça. Apenas os tribunais arbitrais, previstos na Lei de Arbitragem, apesar de não figurarem no elenco do art. 92 da Constituição, exercem também a jurisdição, mas não estatal, e sim privada.

Nesse caminhar, se faz indispensável enfatizar que a Justiça Desportiva é provida de autonomia e independência, o que acaba por assegurar a execução das suas prerrogativas sem que haja nenhum tipo de intervenção externa. A Lei 9.615/98 (BRASIL, 1998) e a CRF (BRASIL, 1988) estabelecem tais concepções da justiça desportiva, prescrevendo em seus artigos 52 e 217, I, que “são autônomos e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema”, bem como que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas

formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento”, respectivamente. Sobre isso, entendem Melo Filho (2002, p. 65) e Schmitt (2007, p. 59):

(...) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e dirigidas é princípio constitucional que não pode ser desfigurado ou sofrer restrições legais, doutrinárias ou jurisprudenciais (...) Com efeito, a autonomia desportiva é, indubitavelmente, um princípio, e, como tal, constitui a essência (razão de ser do próprio ser) da legislação desportiva porque a inspira (penetra no âmago), fundamenta-a (estabelece a base) e explica-a (indica a ratio legis). A independência é mecanismo de proteção para toda e qualquer intervenção ou influência que se pretenda perpetrar através de atos emanados das entidades diretivas públicas ou privadas.

Ainda, a autonomia e independência da justiça desportiva brasileira se ratifica à medida em que o apoio financeiro junto aos entes judicantes desportivos é de responsabilidade dos próprios órgãos administrativos do desporto, consoante dispõe o art. 50, § 4º, da Lei 9.615/98 (BRASIL, 1998): “Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si”. Outrossim, tal ente é estruturado por um grupo de juízos autônomos e independentes das instituições que controlam o esporte pátrio.

Logo, a justiça desportiva brasileira tem competência para deliberar, exclusivamente, sobre disciplina que envolva diretamente às competições desportivas, não podendo nenhum outro tipo de conflito de interesses ser resolvido pela seara jurídica desportiva.

Concernente às sanções disciplinares, nos ensinamentos de Álvaro Melo Filho (1995, p. 167), esses “originam-se de condutas, omissivas ou comissivas” que tendem a prejudicar “o desenvolvimento normal das relações desportivas, ou atentem contra o decoro ou a dignidade, contrariando as normas dos códigos de Justiça Desportiva”. Já os atos referentes às competições decorrem de práticas que afrontam e desobedecem “às regras oficiais de jogo ou ao desenvolvimento normal da atividade competitiva, desde que tais faltas e sanções estejam previstas nos Códigos de Justiça desportiva”(Idem).

Portanto, pelo exposto, frisa-se que as violações disciplinares e competitivas, da mesma maneira que suas respectivas sanções, dependem necessariamente de previsão nos diplomas desportivos. Logo, tais regulamentos estabelecem o que é ou não permitido no âmbito desportivo, bem como as devidas punições cabíveis, na medida em que segundo Alcirio Dardeau (1998, p. 09) é “pela sanção

ou pena disciplinar, realmente, que se punem ou reprimem as ações e omissões contrárias às normas ou princípios de organização”.

O artigo 170 do CBJD (BRASIL, 2003) elenca um rol taxativo de sanções cabíveis em caso de desrespeito à suas normas. In verbis:

Art. 170. Às infrações disciplinares previstas neste Código correspondem as seguintes penas: I - advertência; II - multa; III - suspensão por partida; IV - suspensão por prazo; V - perda de pontos; VI - interdição de praça de desportos; VII - perda de mando de campo; VIII - indenização; IX - eliminação; X - perda de renda; XI - exclusão de campeonato ou torneio.

Ademais, relevante frisar que a competência das entidades desportivas é vinculada ao núcleo de execução do órgão administrativo desportivo ao qual está associado. Sobre isso, esclarece Paulo Marcos Schmitt (2007, p. 85) que “os órgãos judicantes estão diretamente relacionados com os limites de atuação das entidades de administração do desporto (regionais ou nacionais).”

2.3 A CHEGADA DO FUTEBOL NO BRASIL E A INSERÇÃO DOS NEGROS NO FUTEBOL BRASILEIRO

Curiosamente, mesmo sendo conhecido como o “país do futebol”, o Brasil não foi o berço do esporte. De origem inglesa, o jogo da pelota chegou oficialmente ao país canarinho em meados de 1894, através de Charles Miller, brasileiro, filho de mãe inglesa e pai escocês, que estudou na Inglaterra, teve acesso ao futebol de lá e retornou ao Brasil, trazendo consigo objetos capazes de mudar o rumo do país: dois uniformes completos de jogo, uma bomba de ar, um livro de regras e o principal, duas bolas de futebol (BETHEL, 2002).

Miller sugeriu a formação de um time de futebol na população de imigrantes ingleses, que até então só tinha experimentado partidas de críquete. Assim, ainda em 1894, Charles Miller formou o São Paulo Athletic Clube e, em 1898 surgiu o que é considerado o primeiro time oficial de futebol no Brasil criado por e para brasileiros, a Associação Atlética Mackenzie College. A partir daí, várias outras agremiações foram formadas, de modo que, em um curto espaço de tempo, o futebol foi se popularizando nacionalmente (Idem).

Nesse caminho, em meados de 1901, foi instituída a Liga Paulista de Futebol, a responsável por realizar o primeiro “Campeonato Paulista”. Ressalta-se que o time criado por Charles Miller era um dos participantes da competição

e tinha um grande destaque, tendo se sagrado tricampeão paulista, o que fez com os jogadores de sua equipe ganhassem um status relevante junto ao meio futebolístico.

Outro relevante ponto da história se deu com a primeira aparição da considerada seleção paulista de futebol, em 1906, que representou o Brasil no seu inaugural jogo oficial de caráter internacional. Anos depois, em 1925, o futebol brasileiro ganhou espaço no continente europeu, onde disputou 10 partidas e venceu 9, dando fortes indícios de que o futebol se tornaria a grande expressão de força e paixão dos brasileiros. Assim, posterior aos tentos brasileiros em terras europeias, foi instaurada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), reconhecida pela FIFA posteriormente (CARVALHO, 2015).

A partir daí, num processo gradativo e cheio de nuances, o futebol foi conquistando o povo e se consolidando como o esporte mais atrativo do Brasil. Calha que, inicialmente, o futebol atraiu apenas os mais afortunados, chegando somente mais tarde às classes mais pobres do país. Logo, o futebol que hoje é considerado o esporte mais popular do Brasil, capaz de entreter e unir pessoas de diversas classes sociais e etnias, sendo responsável por desempenhar importante papel na interação social das pessoas, nem sempre exerceu essa missão, pelo contrário.

Nas palavras do sociólogo Mauricio Murad (2012):

Uma longa e profunda herança colonialista e escravista pesava ainda nas nossas estruturas sociais, nas nossas instituições, e o futebol absorveu, diretamente e indiretamente, essas influências. Por isso foi, durante os primeiros tempos, elitista, racista e excludente, reproduzindo constantes estruturais de nossa formação, como a concentração e a exclusão. O racismo foi um dos traços mais pregnantes das conjunturas iniciais do futebol brasileiro. Um racismo acoplado a um elitismo social e cultural flagrantes na concentração de rendas, de poder e de oportunidades.

Como visto, nos primórdios, quando o futebol “pousou” em solo brasileiro, o esporte era praticado quase que exclusivamente pela elite brasileira da época, e isso não foi por acaso. No fim do século XIX, que coincide com o surgimento do futebol no Brasil, o mundo vivia o ápice da desigualdade racial, havendo, à época, uma concepção de que a miscigenação era causadora da mazela e do subdesenvolvimento brasileiro. Nos dizeres de Scharwarcz (1993, p. 287):

A discussão sobre a questão racial surge no Brasil com mais fervor no final do século XIX, tendo como referência as teorias raciais do continente europeu. O Brasil se tornou alvo

da curiosidade dos naturalistas estrangeiros, que buscavam exemplares únicos da flora e da fauna local. Nosso país virou uma espécie de laboratório humano vivo. Um fenômeno chamava atenção dos cientistas, “o espetáculo da miscigenação”, que se constituía na mistura de grupos humanos diferentes.

Assim, era costumeiro pensadores se manifestarem e influenciarem as pessoas nesse desastroso sentido. A título de exemplo, o suíço Louis Agassiz (2000), que esteve no Brasil em 1865, se expressou da seguinte forma:

qualquer um que duvide dos males da mistura de raças [...] venha ao Brasil, pois não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo.

Outrossim, salienta-se que no Brasil o futebol surgiu após dois acontecimentos históricos, quais sejam: a Abolição da Escravatura, no ano de 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte, em 1889. Deste modo, o futebol surgiu no país canarinho também como uma oportunidade de se instaurar uma ordem social, baseada em valores como a supremacia do bem comum. Infelizmente isso não foi visto, uma vez que no futebol de modo geral, quando não se era estatutariamente proibido o acesso dos negros aos gramados, os locais se faziam seletivos através dos valores de mensalidade e títulos exigidos, existindo, ainda, condição de que para se permitir a entrada de um novo membro, dois terços dos associados já existentes deveriam votar a favor deste, o que por óbvio não acontecia. Conforme esclarece Rodrigues Filho (2010, p. 36):

Os negros não eram bem-vindos nos clubes sociais. Para jogar nestas agremiações era preciso, muito mais do que habilidade, ser de boa família. Para além da falta de receptividade havia um discurso da proibição que se amparava, em geral, nas teorias higienistas em voga no início do século XX.

Nessa perspectiva é que o futebol e a discriminação racial, lastimavelmente, desde o princípio, caminham lado a lado. Contudo, felizmente algumas agremiações esquivaram-se desse padrão, vide a Associação Atlética Ponte Preta, protagonista em ter cidadãos negros desde a sua fundação, em agosto de 1900.

Destaque também para o Bangu Atlético Clube, tido por muitos como o pioneiro a escalar um jogador negro, o atleta Francisco Carregal, em 1905. Inclusive,

esse acontecimento fez com que a, até então, “Liga Metropolitana de Football”, atual Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, decidisse de forma unânime e divulgasse uma nota vedando a inscrição de “pessoas de cor” como jogadores amadores de futebol (CARVALHO, 2015). O Bangu não consentiu com a imposição, conservou seu elenco de jogadores e foi, no mesmo ano, o primeiro campeão com atletas negros em seu time (Idem).

Com o passar dos anos, o Bangu continuou se destacando no combate ao racismo no futebol nacional, desempenhando papel inclusivo, o que ia de encontro ao que era imposto pelas normas brasileiras da época. A título de exemplo, enquanto em grande parte dos campos os pobres e “malvestidos” tinham de acompanhar os jogos em locais segregados dos mais afortunados, na chamada “geral”, o clube carioca permitiu que todos os torcedores pudessem assistir juntos às partidas de futebol, na arquibancada.

Já em 1917, o panorama não mudou; o Diário Oficial carioca da época publicou a Lei do Amadorismo, que preconizava que não poderiam ser registrados os atletas que tirassem os meios de subsistência de trabalho braçal; os que exerciam “profissão humilhante” que lhes permitissem receber gorjetas; “os analfabetos e os que embora tendo profissão estejam, a juízo do Conselho Superior, abaixo do nível moral exigido”.

Nesse ínterim, destaque para outro indispensável clube no combate ao racismo no futebol brasileiro, o Clube de Regatas Vasco da Gama. Além de ter elegido um presidente negro, Cândido José de Araújo, ainda em 1904, a agremiação marcou história ao montar um plantel quase que em sua totalidade formado por negros e ser campeão, o que, inclusive, despertou a revolta dos rivais, que na época deixaram a liga carioca e criaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) (CARVALHO, 2015).

A referida Associação criou um comitê responsável por designar as exigências impostas aos times. Com isso, foi decidido que além de terem que demonstrar condição material e técnica, estas equipes deveriam dispensar os seus atletas considerados profissionais. A imputação era que o São Cristóvão e o Vasco da Gama - times repletos de negros - tinham atletas, na prática, profissionais, no sentido de que esses clubes fomentavam o profissionalismo ao incorporar jogadores de origem humilde e pagar prêmios pelas suas vitórias.

Assim, a entidade queria que o Vasco da Gama dispensasse 12 desses jogadores pobres, em grande parte negros, o que foi prontamente negado por José Augusto Prestes, presidente do clube cruzmaltino, que em 7 de abril de 1924 assinalou manifesto histórico anunciando publicamente que a instituição se recusava a participar da AMEA, sob o seguinte teor:

São esses doze jogadores jovens quase todos brasileiros no começo de sua carreira. O ato público que os pode macular nunca será praticado com a solidariedade dos que dirigem a casa que os acolheu, nem sob o pavilhão que eles com tanta

galhardia cobriram de glórias. Nestes termos, sentimos ter de comunicar a V. Exa. que desistimos de fazer parte da AMEA. (PRESTES, 1924).

Desta forma, o ciclo de transição do futebol canarinho se deu junto ao da própria sociedade brasileira, tendo os primeiros anos do século XX divididos entre três grandes dicotomias, a saber: o futebol amador e o futebol profissional; o caráter elitista, que dispensava as minorias e o caráter popular do futebol, que enxergava o esporte também como instrumento de inclusão; e, por fim, a predominância dos jogadores brancos e a inserção ainda tímida dos atletas negros, que acabaria por revolucionar o panorama do esporte no Brasil.

Cabe destacar que apesar do preconceito racial arraigado no futebol e na sociedade brasileira, no início do século XX, o primeiro grande ídolo futebolístico no país canarinho foi, contraditoriamente, um negro. Arthur Friedenreich, filho de mãe negra com pai alemão, foi sem sombra de dúvidas o maior ídolo brasileiro no período do futebol amador, possuindo números expressivos (MAZZONI, 1950).

Acontece que, mesmo o maior ídolo do esporte da época, para atuar nos grandes clubes que defendeu, tinha que aparentar ser "menos negro". Apesar de ter sido aceito no Germânia, time em que seu pai Oscar era associado, onde apenas brancos atuavam; para poder jogar, Fried alisava o seu cabelo crespo e ainda colocava uma touca sobre a cabeça. Não era fácil camuflar sua ascendência africana, mas ele conseguia, pelo menos para alguns, se "disfarçar de branco". Assim como ser filho de alemão e ter os olhos verdes não o poupou do racismo, ter sido o grande responsável pelo primeiro título de expressão da seleção brasileira, o Campeonato Sul-Americano de 1919, atualmente conhecido como a Copa América, apesar de ter propagado seu nome por todo o Brasil, também não o salvou do preconceito.

No ano de 1920, com Fried no elenco, a seleção brasileira disputou um amistoso na Argentina e foi recepcionada com uma charge racista publicada pelo jornalista uruguaio Antonio Palacio Zino (1920), do jornal "A Crítica". A ilustração retratava os jogadores brasileiros como macacos, conforme se verifica na tradução a seguir:

Já estão os macaquitos em terra argentina. Esta tarde teremos que acender a luz às 4 da tarde para vê-los. (...) Se há uma gente que nos parece altamente cômica é a brasileira. São elementos de cor que se vestem como nós e pretendem se misturar à raça americana, gloriosa por seu passado e grande por suas tradições (ZINO, 1920, tradução nossa).

A publicação irritou os atletas brasileiros, e alguns se negaram a jogar. Esta digna recusa é tida por muitos como o primeiro brado contra o racismo no futebol brasileiro. Ocorre que, poucos meses depois, em 1921, aconteceu mais um desastroso marco racista.

A história diz que Eptácio Pessoa, então Presidente da República, se juntou com dirigentes da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para requisitar que somente atletas de pele clara fizessem parte das convocatórias da seleção brasileira de futebol, como forma de preservar a reputação no Brasil mundo afora. Apesar do presidente ter refutado publicamente tal fato, o corte de Fried da seleção, maior jogador brasileiro na época foi o primeiro indício da veracidade da história, posteriormente ratificada considerando que nenhum outro negro foi convocado para representar o Brasil na Copa América de 1921.

Assim, o Jornal País, em setembro do mesmo ano, publicou: “Os senhores absolutos do esporte, num golpe reprovável, sem base, antiesportivo, excluem do quadro nacional os negros e mulatos.” Imperioso destacar que, com a seleção brasileira formada em sua totalidade por brancos, o Brasil não teve um bom desempenho na competição, tendo perdido o campeonato. Assim, diante do prejuízo técnico ocasionado pelo veto aos atletas negros na equipe, foi que a CBD, em 1922, reviu a decisão e voltou a convocar estes selecionáveis, o que explicitamente não se deu como medida antirracista, mas sim como uma necessidade puramente técnica, tendo em vista a capacidade atlética desses jogadores. Inclusive, nesse mesmo ano, o Brasil sediou o Sul-Americano e com a volta dos jogadores negros, a Seleção sagrou-se bicampeã do torneio (CARVALHO, 2015).

Assim sendo, o futebol e a discriminação racial continuaram caminhando juntos, de modo que eram criadas cada vez mais ligas, mas que iam sendo desfeitas à medida que os negros esboçavam fazer parte. Por esse motivo, foram criadas as “Ligas Negras”, que serviram não apenas como organizações para a prática do futebol, mas também como símbolo de união e resistência contra o racismo. Destaque para a Liga Brasileira de Desportos Terrestres, na Bahia, depreciativamente chamada de Liga dos Pretinhos; a Liga Nacional de Football Porto Alegreense, conhecida como Liga da Canela Preta e a Liga Suburbana de Futebol, do Rio de Janeiro.

Nestas Ligas, nos chamados campos de várzea, diferente do padrão anteriormente praticado, os negros imprimiram seu futebol, demonstrando gingado, habilidade e magia peculiares. Com isso, rapidamente os grandes clubes foram se interessando pelos jogadores das Ligas Negras. Entretanto, além da norma que impedia a escalação de jogadores negros, o regimento do futebol da época vedava que os atletas fossem remunerados, o que fazia com que os negros, que não tinham boa condição financeira, precisassem trabalhar, não restando tempo para se ocuparem exclusivamente ao futebol (Idem).

Deste modo, os jogadores negros precisavam receber salário para sobreviver e conseguirem jogar futebol. Assim, a saída inicial que os cartolas dos

clubes encontraram foi a de dar empregos paralelos aos que se destacavam nos gramados.

Gradativamente, à medida que o futebol foi se popularizando e tornando-se o “esporte de todas as classes sociais”, os times começaram a driblar os regramentos, de modo que, enxergando a rivalidade e o caráter competitivo das competições passaram a sopesar a classe econômica e social dos atletas, dando prioridade a capacidade técnica que estes detinham, tempo em que os negros passaram a ter maior importância, não num contexto antirracista, mas apenas como sinônimo de vitórias desportivas.

Outro fator que contribuiu com a ascensão dos negros, tidos como os melhores jogadores da época, foi a profissionalização do futebol nacional (IMBIRIBA, 2003), regulamentada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1934. Motivada pela crescente do futebol estrangeiro, que passou a importar os jogadores que se sobressaíam em território sul-americano, bem como pela percepção da relevante função social cumprida pelo esporte, a profissionalização do futebol inseriu-se como relevante possibilidade de ascensão social para os negros e mestiços. Isso porque a democratização do futebol, para além da paixão clubista, foi o que possibilitou que esse esporte preenchesse papel primordial na construção da identidade brasileira, sendo a responsável por aproximar, definitivamente, aqueles que eram excluídos por conta da sua cor de pele (CARVALHO, 2015).

Ante o exposto, a inserção dos negros no futebol brasileiro foi repleta de atos racistas e completamente desarrazoáveis, que não cessaram nem mesmo com o sucesso desportivo destes atletas. Pelo contrário, o que se viu ao longo da história, é que o preconceito, de fato, é enraizado, o que acaba por não permitir uma condição de igualdade entre as diferentes etnias e classes sociais. Isso se confirma na medida em que, até os dias atuais, esta discriminação não foi superada, sendo ainda comum a prática de atos racistas na sociedade como um todo e também no futebol. Logo, urgentemente, se faz necessário que as federações, clubes, dirigentes, imprensa, jogadores e torcedores ajam conjuntamente na busca por transformar esta perturbadora realidade, de modo que o antirracismo se sobreponha.

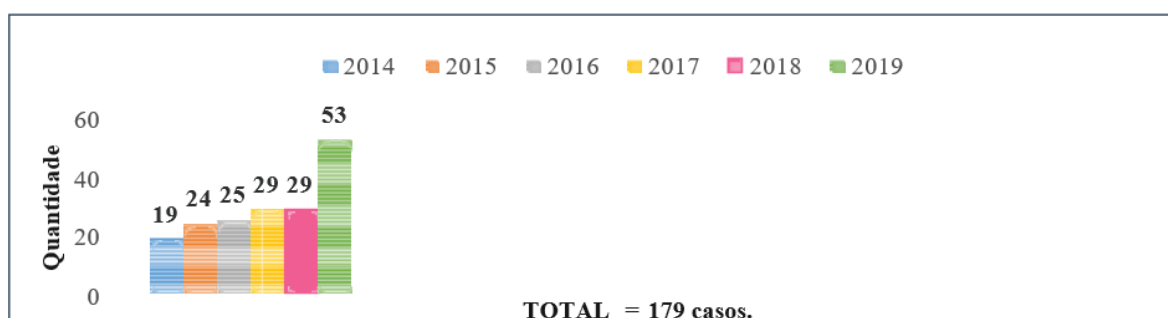
2.4 A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA NO COMBATE ÀS CONDUITAS RACISTAS NO FUTEBOL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com o intuito de expor como a injúria racial tem sido recorrente no futebol nacional, assim como de compreender os motivos que levaram a banalização deste comportamento, o presente estudo passará a apresentar dados que demonstram o histórico recente das condutas racistas no futebol nacional e como

o tema vem sendo tratado no âmbito da justiça desportiva brasileira. Os dados têm como fonte o Observatório da Discriminação Racial no Futebol, iniciativa responsável por, desde 2014, produzir relatórios sistêmicos anuais, que monitoram, registram e divulgam os casos de intolerância racial no futebol brasileiro, além de ações informativas e educacionais que aspiram a aniquilar a discriminação que tanto macula a igualdade entre as classes.

Fazendo uma análise sistêmica dos dados expostos ao longo de todas as edições dos relatórios anuais do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, entre os anos de 2014 a 2019, levando em consideração apenas os casos que se amoldam ao presente estudo, qual seja, condutas que dizem respeito à discriminação racial no futebol brasileiro, percebe-se uma constante crescente no número de ocorrências. Enquanto que em 2014 foram registrados 19 (dezenove) incidentes raciais, em 2019 este número cresceu para 53 (cinquenta e três), representando um espantoso aumento de 178,94% (cento e setenta e oito vírgula noventa e quatro por cento) neste universo, conforme gráfico abaixo (Figura 2.1.).

Figura 2.1: Incidentes raciais praticados no futebol brasileiro (2014 - 2019)

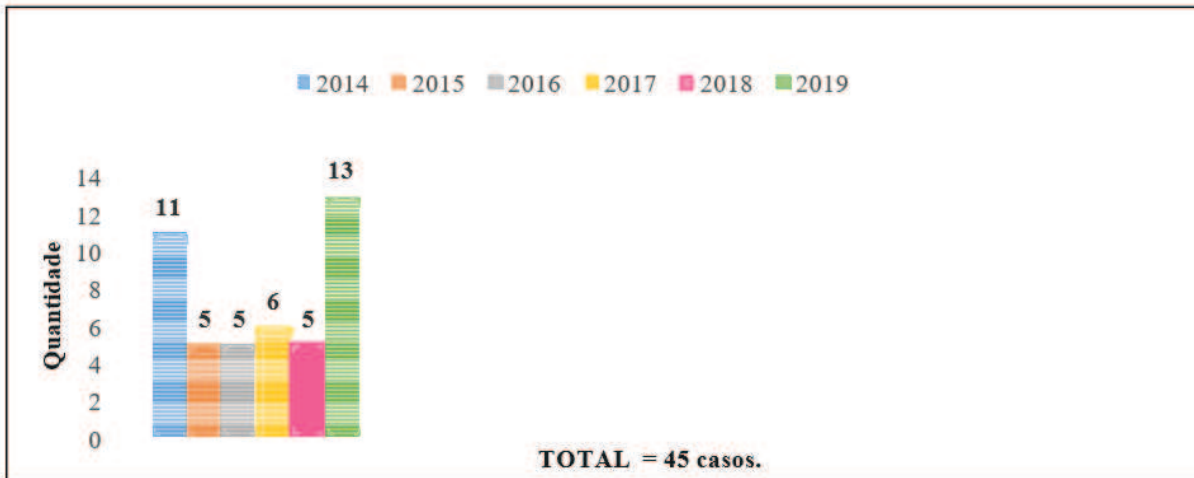


Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Cumprе advertir que, em virtude das denúncias ocorridas nestes casos, a Justiça Desportiva brasileira deteve competência para julgar estas 179 (cento e setenta e nove) condutas racistas ocorridas nos estádios de futebol, possuindo prazo de até sessenta dias para decidir. Ocorre que, dos incidentes que possuem informações de julgamento pela Justiça Desportiva, seja através dos Tribunais de Justiça Desportiva (TJD) ou do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), entre os anos de 2014 a 2019, somente 45 (quarenta e cinco) ocorrências foram julgadas, conforme ilustra a Figura 2.2.

Ou seja, do total de 179 (cento e setenta e nove) condutas racistas ocorridas e denunciadas no futebol brasileiro, apenas 45 (quarenta e cinco) foram julgadas pela Justiça Desportiva nacional, seja através dos Tribunais de Justiça Desportiva, 24 (vinte e quatro) ou do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, 21 (vinte e um).

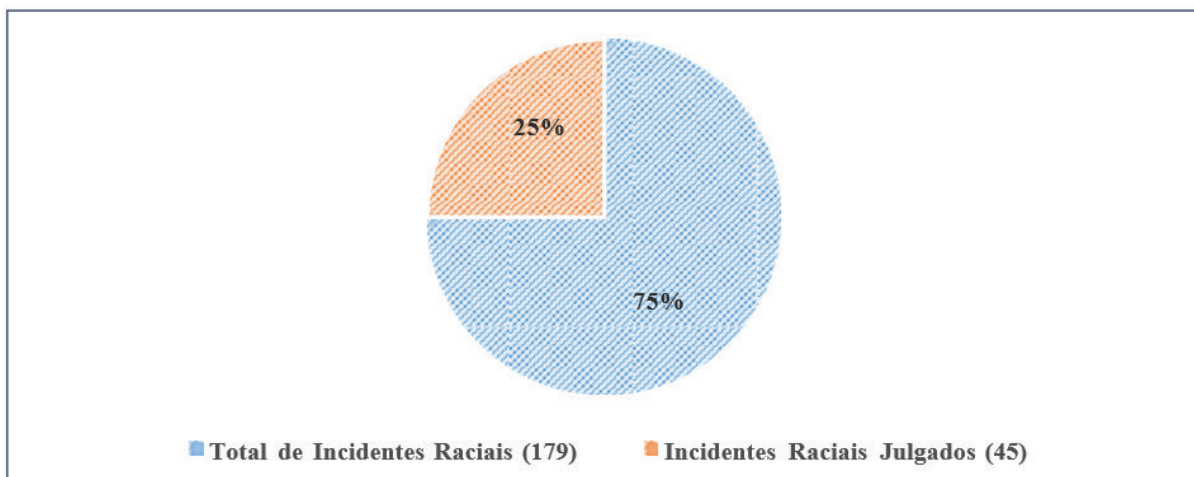
Figura 2.2: Casos julgados no futebol brasileiro (TJD/STJD)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Isso significa dizer que apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos incidentes racistas praticados e denunciados nos estádios de futebol, no Brasil, foram julgados, como se verifica no Figura 2.3, a seguir:

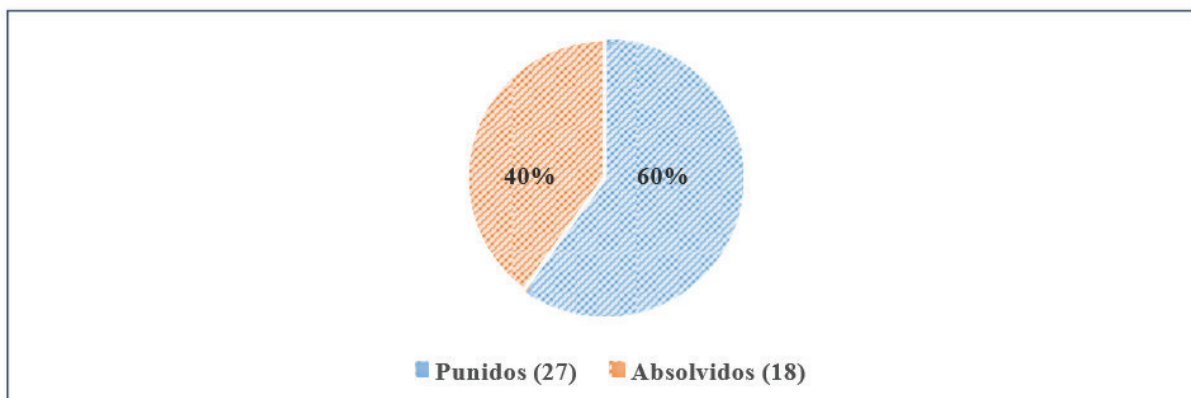
Figura 2.3: Histórico de julgamentos (TJD/STJD)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Destes 45 (quarenta e cinco) incidentes raciais que foram julgados pela Justiça Desportiva brasileira, faz-se pertinente observar em quantos casos houve punições e em quantos houve absolvições. Para ilustrar esses números, na sequência, observa-se a Figura 2.4.

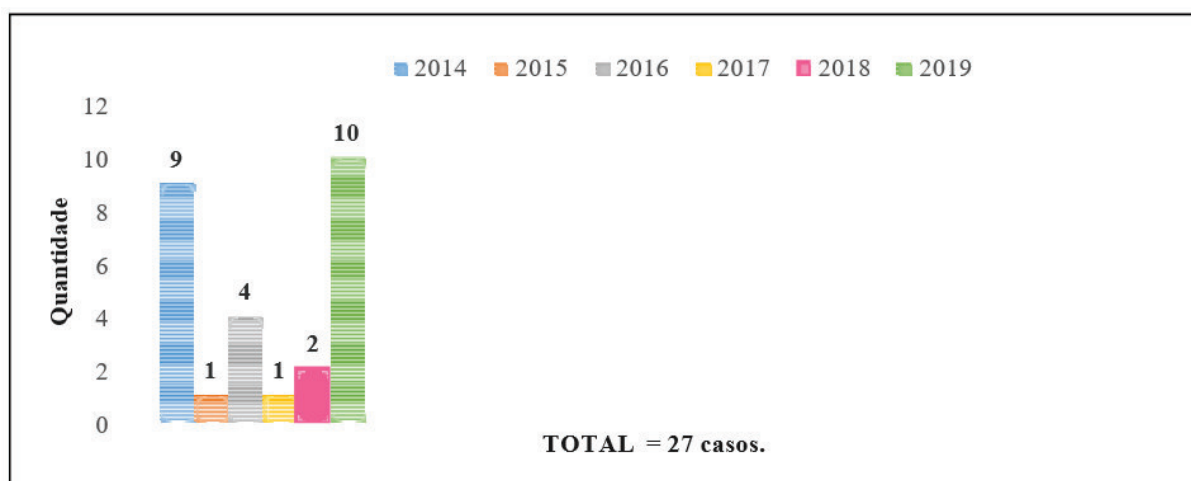
Figura 2.4: Histórico de julgamentos entre 2014 e 2019 (TJD/STJD)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Logo, como se extrai, dos 45 (quarenta e cinco) casos julgados pela Justiça Desportiva (TJD – STJD), existiu punição em 27 (vinte e sete), conforme demonstra o gráfico 5; enquanto que, em 18 (dezoito) ocorrências, houve absolvição dos ofensores, consoante ao que se vê na Figura 2.5:

Figura 2.5: Casos Julgados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Isto posto, levando em conta os dados apresentados e fazendo uma análise macro do objeto da presente pesquisa, é possível concluir que das 179 (cento e setenta e nove) condutas racistas praticadas no âmbito do futebol brasileiro entre 2014 e 2019, em apenas 27 (vinte e sete) os agressores foram punidos. Isso quer dizer que de todos os incidentes raciais ocorridos no futebol nacional, neste ínterim, ínfimos 15% (quinze por cento) dos agressores foram penalizados, o que acaba por escancarar a impunidade da justiça desportiva brasileira, assim como a ineficiência do ente em cumprir com a função social a qual se destina.

Outro importante fator a ser analisado é a forma como os ofensores estão sendo punidos, de modo a compreender se as sanções aplicadas pela justiça desportiva brasileira no combate às condutas racistas no futebol estão cumprindo ou não o seu papel primordial, qual seja, a salvaguarda dos direitos sociais e jurídicos dos envolvidos, bem como a construção do futebol como elemento capaz de adentrar aos diversos níveis do ciclo social, como forma de inserção e evolução da comunidade.

Nesse caminhar, se faz relevante observar o histórico de sanções aplicadas pelos Tribunais de Justiça Desportiva Estaduais e pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, considerando os incidentes raciais ocorridos de 2014 a 2019, no futebol brasileiro; sanções estas que vão desde punições pecuniárias a perdas de mando de campo, perda de pontos, suspensões de atletas, treinadores e dirigentes, bem como banimentos de torcedores.

Ante os números, como se infere, entre os anos de 2014 a 2019, dos 27 (vinte e sete) incidentes raciais punidos pelos Tribunais de Justiça Desportiva Estaduais e pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, em sua grande maioria, 16 (dezesesseis), foram aplicadas sanções de caráter pecuniário, que variaram entre multas com valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Seguramente, tendo em vista os montantes que são movimentados no futebol atual, trata-se de quantias irrisórias e incapazes de causar qualquer temor aos agressores, o que resulta no não cumprimento do caráter repressivo e educativo às quais se destinam as condenações.

O mesmo pode ser constatado com relação às demais punições impostas pela justiça desportiva brasileira, que, na prática, não se provam razoáveis para transformar o panorama do racismo no futebol nacional. Pelo contrário, revelam-se brandas e incapazes de repreender os infratores. Não à toa, como já demonstrado, a frequência dos incidentes raciais não para de crescer, o que ratifica a ineficiência da justiça desportiva brasileira nesta luta. Com base neste quadro é que se torna indispensável a reflexão acerca dos motivos que contribuem para o encadeamento das discriminações raciais no meio do futebol, sendo inevitável, por todo histórico demonstrado, a percepção de que a ineficácia e frouxidão na aplicabilidade de sanções por parte da justiça desportiva brasileira coopera diretamente com esta conjuntura racista.

Assim, com o passar do tempo e a assiduidade de condutas racistas no futebol, percebe-se que fora criado um senso de impunidade na seara desportiva brasileira. Isso acontece porque, lastimavelmente, no mundo desportivo a discriminação racial é vista como transgressão de menor potencial, sendo tratada sem a devida atenção ou, muitas vezes, sendo completamente ignorada, vez que como comprovado, a grande maioria dos casos não são sequer julgados.

Desse modo, o nível de compreensão acerca da problemática é ínfimo, o que acaba por resultar na recorrência dos acontecimentos racistas e na não condenação dos envolvidos, repetindo-se o ciclo de impunidade. Em consequência disto, agressores acreditam que não há normas capazes de puni-los; enquanto

que as próprias vítimas deixam de acusar, por receio de retaliações, bem como por desacreditarem do sistema processual desportivo pátrio, tendo em vista o histórico impune que se impõe.

Por outro lado, vislumbrando a necessária mudança deste panorama, cumpre trazer à tona que a aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pela esfera jurídica desportiva brasileira promoveria o encorajamento e a disposição das vítimas e autoridades em denunciarem essas práticas, o que refletiria não apenas na seara desportiva, mas também na sociedade como um todo, tendo em vista que o futebol é o esporte mais popular e aclamado do Brasil.

Ademais, essa mudança desencadearia em um efeito cascata; em outras palavras, se a justiça desportiva passasse a combater o racismo de forma ferrenha e inflexível, isso influenciaria diretamente a forma como toda engrenagem futebolística trata a questão. Sejam as federações, os clubes, dirigentes, imprensa, atletas ou torcedores, havendo a rigidez necessária por parte do judiciário desportivo, todos compreenderiam melhor o quão desumano é o racismo, assim como o absurdo que é, em pleno século XXI, tantas condutas continuarem sendo baseadas pura e simplesmente na cor de pele.

Ante todo o exposto, fica evidenciado a necessidade urgente de tomada de práticas efetivas não apenas por parte da justiça desportiva brasileira, mas de todos os entes e autoridades que compõem o futebol nacional. Isto porque o combate ao racismo vai além da promoção de punições individuais isoladas ou de notas de repúdio que não passam de clichês. A atuação precisa ser delineada de modo coletivo, afinal de contas o racismo é entranhado e patente em fartas áreas da vida. Logo, ou se responsabilizam os envolvidos de maneira macro e ríspida, transcendendo a punição individual e/ou pecuniária, inclusive com a institucionalização de estruturas que possibilitem a reflexão e construção de uma postura antirracista generalizada, ou nada irá mudar.

É indiscutível que não se pode, em nenhuma hipótese, crer que o futebol se resume aos torcedores, clubes e a prática nas quatro linhas. A modalidade, por ser a de maior clamor nacional, acaba por ser um reflexo da sociedade brasileira e escancara que as condutas racistas de fato estão sendo frequentes e tratadas sem a devida importância, no contexto nacional. Por isso, vislumbrando a função social que se propõe o desporto, é imprescindível que as sanções impostas pelos tribunais desportivos não se limitem a valores irrisórios, a perda de um ou dois mandos de campo ou a suspensões também irrelevantes.

Nessa perspectiva, é primordial que o artigo 170 do CBJD, responsável por prescrever às infrações disciplinares, seja rigidamente aplicado pelos legisladores desportivos, com a imposição, por exemplo, da exclusão de competições nacionais e internacionais dos clubes envolvidos em atos racistas, o que refletiria diretamente na sua rentabilidade; da perda de pontos mais drástica nas competições; da perda do mando de campo por tempo indeterminado; do banimento dos agressores das praças de desportos, sejam torcedores ou atletas, entre outras

condenações que venham a garantir o caráter educativo das punições, bem como um senso mais humanitário dentro do futebol.

Por derradeiro, é de se destacar que o racismo é um obstáculo estrutural e seu embate é dever cívico. Sendo assim, tanto o judiciário, como clubes, federações, dirigentes, atletas, torcedores e imprensa, todos necessitam se sentir responsáveis, especialmente pelo encargo de transformar a conjuntura racista que atualmente se impõe. É inconcebível a existência de espaços em que atletas negros continuem sendo discriminados. Porém, para ser por um todo, precisa-se ser por cada um dos que sofrem desse mal. É na solidariedade que se alcança a humanidade, e somente através do antirracismo que se torna possível vislumbrar o esporte sendo movido pela igualdade. Sem dúvida alguma, seria este o maior dos gols do considerado “país do futebol”.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pesquisador interessou-se pela temática por ser um aficionado pelo futebol e enxergar que muitas vezes este meio aparenta ser um “mundo à parte”, vez que atrocidades acontecem e parecem não haver consequências jurídicas em face dos responsáveis. Daí é que se constata a relevância acadêmica da presente pesquisa, vez que além da esfera desportiva ser pouco explorada no âmbito jurídico, trata-se de estudo raro, que acrescenta para o debate científico a identificação das razões da ineficiência da justiça desportiva brasileira no combate a atos racistas no futebol.

Para se atingir uma compreensão dessa realidade, o estudo ateve-se, em síntese, à estrutura e modus operandi do ente desportivo, bem como ao processo de inserção dos negros no futebol pátrio e, especialmente, ao histórico recente de apreciação e julgamentos dos Tribunais Desportivos nos incidentes raciais, assim como suas consequências. Ademais, foram definidos três objetivos específicos: o primeiro deles, foi averiguar como se deu a inserção dos negros no futebol brasileiro, o que demandou um levantamento histórico da origem do futebol no Brasil, ficando esclarecido que a modalidade foi moldada na base do racismo estrutural, vez que, a discriminação racial fez parte de toda construção histórica que envolveu a incorporação dos negros no esporte.

Nesse caminhar, por meio da análise minuciosa de dados estatísticos, o trabalho cumpriu o seu segundo objetivo específico: examinar os motivos que contribuem para a continuidade de atos racistas no meio do futebol brasileiro. Por todo histórico estudado e em resposta ao problema de pesquisa, constatou-se que a ineficácia na apreciação e julgamento dos casos, junto a (in)aplicabilidade ou cominação de sanções insignificantes impostas pelos Tribunais Desportivos são os principais fatores que cooperam diretamente com a conjuntura racista que se impõe sobre o desporto pátrio.

Conforme fora esmiuçado no capítulo de análise dos dados, entre 2014 e 2019, apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos incidentes racistas praticados e denunciados nos estádios de futebol, no Brasil, foram julgados. Ademais, neste ínterim, ínfimos 15% (quinze por cento) dos agressores foram punidos. Estes índices escancaram que de fato não é dado aos incidentes raciais a atenção devida, assim como a impunidade da justiça desportiva brasileira, tendo em vista que raros casos são penalizados.

Outra importante constatação, foi a de que mesmo nos casos em que há condenação, as punições revelam-se brandas, o que resulta no não cumprimento do caráter repressivo e educativo às quais se destinam, ratificando a incapacidade da justiça desportiva brasileira em cumprir com uma função social que vai além das quatro linhas. Assim, certificou-se de que com o passar do tempo e a continuidade de condutas racistas no futebol brasileiro, fora criado um senso de impunidade na seara desportiva.

Deste modo, em cumprimento ao terceiro objetivo específico, evidenciou-se a necessidade da aplicação exemplar de sanções no combate ao racismo pela esfera jurídica desportiva brasileira. Isto promoveria o encorajamento e a disposição das vítimas e autoridades em denunciarem as práticas racistas, o que refletiria não apenas na seara desportiva, mas também na sociedade como um todo, tendo em vista que o futebol é o esporte mais popular e aclamado do Brasil. Para além disso, essa mudança desencadearia em um efeito cascata, capaz de influenciar diretamente a forma como toda engrenagem futebolística trataria a questão.

Nesse sentido, dada à importância do assunto, torna-se necessário que o combate ao racismo ocorra de modo coletivo. Sendo assim, como demonstrado, tanto o judiciário, como clubes, federações, dirigentes, atletas, torcedores, imprensa e sociedade, todos necessitam se sentir parte desta luta. Para isso, porém, se faz necessário que a justiça desportiva brasileira assuma o protagonismo deste enfrentamento, apoiando políticas que anseiem por igualdade e, sobretudo, atuando através do seu papel primordial, que é a aplicação efetiva e rígida das suas normas. Ao final, constata-se que apenas o antirracismo é capaz de fazer do futebol um espaço de fato democrático e, sem dúvida alguma, que isto influenciaria positivamente toda a sociedade canarina.

2.6 REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Elizabeth e Louis. **Viagem ao Brasil: 1865 – 1866**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALVIM, J. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 45.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **Curso de direito constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BETHEL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**, São Paulo, Edusp, 2002, p. 595.

BRASIL. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. IBDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. São Paulo: IOB, 2010. Disponível em:<<https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201507/201507091513090.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Esporte. **Resolução CNE nº 29, de 10 de dezembro de 2009**. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Disponível em: Acesso em: 21 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 172º da Independência e 105º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l8672.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 177º da Independência e 110º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 177º da Independência e 110º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000**. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 179º da Independência e 112º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9981.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001.** Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 180º da Independência e 113º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/mpv/antigas2001/2193-6.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 39, de 14 de junho de 2002.** Altera a Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 181º da Independência e 114º da República. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/mpv/Antigas2002/39.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BROHM, J.-M.; **Critiques dusport. Paris:** Cristian Burguois, p. 45, 1976.

CARVALHO, Alcirio Dardeau de. **Comentários à lei sobre desportos: Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Rio de Janeiro: Destaque, 2.000, p. 09.

CARVALHO, Marcelo Medeiro. **O negro no futebol brasileiro: inserção e racismo.** Disponível em:<https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2015/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2015.pdf. Acesso em mar. 2021.

IMBIRIBA, Luis. **O futebol e a atualidade do racismo** Disponível em:<<https://anovademocracia.com.br/no-12/1047-o-futebol-e-a-atualidade-do-racismo>. Acesso em mar. 2021.

MAZZONI, Tomas. **História do futebol no Brasil,** São Paulo, Leia Edições, 1950, p. 49.

MELHO FILHO, Álvaro. **Novo ordenamento jurídico-desportivo.** São Paulo: Malheiros, 1995, p. 23-24.

MELHO FILHO, Álvaro. **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira.** São Paulo: Malheiros, 1995.

MELHO FILHO, Álvaro.. **O Novo Direito Desportivo.** São Paulo: Ed. Cultural Paulista, 2002, p. 65.

MELHO FILHO, Álvaro.. **O Novo Direito Desportivo.** São Paulo: Ed. Cultural Paulista, 2002, p. 167.

MURAD, Maurício. **Sociólogo afirma que o preconceito ainda assombra o futebol brasileiro.** Juliana Poyes. Agência de Jornalismo Esportivo. Abr. 2012.

Disponível em:<<http://leduerj.com.br/ajesportes/detalhe.php?materia=1045>. Acesso em jan.2021.

PERRY, Paulo Valed. **Do Delito Desportivo: Necessidade de Disposição Penal Específica**. RDD, Córdoba, 1978, p. 75.

SCHIMITT, Paulo Marcos (coord.). **Código Brasileiro de Justiça Desportiva Comentado**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 18.

SCHIMITT, Paulo Marcos (coord.).. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva Comentado**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 59.

SCHIMITT, Paulo Marcos (coord.). **Código Brasileiro de Justiça Desportiva Comentado**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 85.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SUAIDE, Pedro. Lado B da Copa América: **Há 98 anos, charge na Argentina retratou brasileiros como 'macacos', e até presidente 'vetou' jogadores negros**. ESPN. Jun,2019.

ZINO, Antonio Palacio. **Jornal A Crítica. Uruguai, 1920**. Disponível em:<<https://www.terra.com.br/noticias/ha-100-anos-jogadores-negros-eram-excluidos-da-selecao,a324e5c4bec40ea13i6f8b0f516c6e6a0gtdvza31.html>. Acesso em jan.2021.

Capítulo 3

Logística reversa: uma abordagem dinâmica da sua importância na gestão empresarial contemporânea

Janaína Alves dos Anjos

janaina2019.1alves@gmail.com

Graduada em Administração pela Faculdade Santíssimo Sacramento

Pós-graduanda em Engenharia de Produção pela Uninter

Adeildo Moacir Costa Magalhães

adeildomoacir@gmail.com

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

Engenheiro Químico pela UFBA

Mestre em Gestão Integrada de Organizações pela UNEB/UNIBAHIA

RESUMO: Atualmente, a exponencial degradação ambiental ocorrida no decorrer da história da humanidade, resultou no aumento das preocupações ambientais por parte de ativistas, mídias e consumidores contemporâneos, visto que esses estão cada vez mais engajados com as questões ecológicas. É nessa conjuntura que a Logística Reversa surge desconstruindo políticas empresariais tradicionais de produção, consumo e destino dos resíduos sólidos, propondo um novo olhar socioambiental mais sustentável, ético e responsável. Com isso, este artigo tem como objetivo investigar quais são os impactos que a Logística Reversa pode exercer nas organizações e no meio ambiente do século XXI. Quanto à metodologia foi utilizada a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, possuindo como base ideias e concepções de diversos autores acerca do tema proposto.

Assim, para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se pesquisas bibliográficas oriundas de livros, revistas e artigos fazendo-se uso do método indutivo, uma vez que se buscou, a partir de casos particulares de empresas e demonstrativos gráficos, obter uma compreensão abrangente, dinâmica e totalmente lapidada e atualizada a respeito das vantajosas influências que resultam do exercício da Logística Reversa. Ao final, o trabalho conclui que a prática da Logística Reversa transpõe as barreiras organizacionais e resulta tanto em benefícios econômicos e estratégicos para as empresas, quanto para o meio ambiente e sociedade como um todo, uma vez que proporciona a redução exploratória de recursos naturais e destinação adequada de resíduos sólidos, gera empregos e melhor distribuição de renda entre os cidadãos, construindo, dessa forma, economias nacionais mais sólidas e uma sociedade mais digna.

PALAVRAS-CHAVE: Logística Reversa. Meio ambiente. Lucro corporativo. Empregos

3.1 INTRODUÇÃO

Atualmente, quando se discute a forma de empresariar das organizações do século XXI, é natural vincular, de imediato, o fator rapidez como um princípio e condição essencial decisiva para essas empresas, principalmente, quando se trata da satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores contemporâneos.

Entretanto, tal fugacidade, tem despertado e provocado uma série de preocupações ambientais, visto que houve uma intensificação produtiva e de consumo sem que haja políticas orientadoras para consumidores e, especialmente, para empresas com relação ao descarte e reaproveitamento inteligente de resíduos sólidos, o que tem provocado uma calamidade ambiental sem precedentes.

Deste modo, as empresas contemporâneas devem buscar alternativas para conciliar o bom funcionamento do negócio e sucesso empresarial à responsabilidade ambiental, que, por sua vez, vem ganhando cada vez mais destaque não só entre os ativistas e nas mídias, mas também entre os consumidores em geral, visto que a exigência dos mesmos não mais se limita ao fator de qualidade e rapidez, mas também quanto à procedência e destino do produto que consome ou fará uso.

É nesse cenário, que a Logística Reversa surge como uma opção viável para tal problemática, uma vez que essa é a área da logística responsável pelo fluxo de retorno de materiais do ponto de consumo ao ponto de origem, visando melhor adequação do produto ao consumidor e tratamento ambiental desses resíduos sólidos ao final do seu ciclo de vida.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar quais os impactos que a Logística Reversa exerce nas organizações do século XXI, buscando compreender de forma dinâmica como isso acontece e quais os seus níveis de

influência dentro e fora das empresas. Para tal, essa investigação possui como objetivos específicos detalhar sobre como a prática da Logística Reversa pode reduzir custos e aumentar as receitas empresariais, entender como o exercício da Logística Reversa fornece suporte para a manutenção do meio ambiente e exploração sustentável, comprovar a relevância da responsabilidade ambiental como ética e estratégia de mercado e especificar sobre como a sua prática pode gerar empregos, renda e economias nacionais fortes.

Desse modo, este artigo é constituído por uma introdução que explana a essencialidade de se discutir e construir políticas e ações mais amplas acerca da prática da Logística Reversa nas organizações contemporâneas e, em sequência, pelo referencial teórico que, por sua vez, é embasado pelo aprofundamento da temática em livros, artigos e revistas, trazendo à luz perspectivas agregadoras de autores renomados na área como Paulo Roberto Leite e José Meireles de Sousa que, complementados por gráficos dinâmicos, permitem maior e melhor elucidação do conteúdo abordado. Esse trabalho se desenvolve, ainda, através da exposição da metodologia utilizada e análise criteriosa dos resultados encontrados a partir do cruzamento entre as teorias discutidas pelos autores e hipóteses levantadas no projeto da pesquisa, finalizando, desse modo, com as considerações finais a respeito da mesma.

3.2 LOGÍSTICA EMPRESARIAL

3.2.1 Conceito de logística empresarial

De acordo com Leite (2017), a logística empresarial é uma das áreas da cadeia de suprimentos responsável pelo planejamento, implementação e controle inteligente dentro do processo de fluxo direto e reverso, no qual inclui-se o procedimento de armazenamento de bens, assim como serviços e informações relacionadas ao ponto de origem e consumo desses, possuindo como objetivo maior o suprimento das necessidades dos clientes.

Já Miranda (2019), apresenta um conceito mais amplo ao afirmar que, além de abarcar os processos de planejamento, implementação e controle dos fluxos de bens e serviços, a logística empresarial também desempenha um papel extremamente relevante no que se refere ao armazenamento eficientemente econômico, dinamismo de estoque circulante e produtos finalizados, ecoando como uma das principais bases empresariais diretamente responsável pelo sucesso das empresas.

Assim, compreende-se o fato da logística empresarial se tornar um dos principais focos de atenção entre as empresas que desejam operar com mais eficiência e eficácia no atual cenário que se ergue sobre um mundo globalizado cada vez mais competitivo e constantemente mutável. Observa-se, dessa forma, que uma administração logística inteligente é a chave-mestra para atingir o *just-in-time* que rege as organizações atuais, através dos princípios que pregam

o produto certo, no lugar certo, na hora certa, para o cliente certo, além de economizar tempo e satisfazer os protagonistas em foco: os clientes.

Todavia, é importante salientar que existe uma gama de novos conceitos acerca da logística empresarial, mas que, muito embora, essa seja uma atividade antiga que se desenvolveu, principalmente, no período da Segunda Guerra Mundial, vem auxiliando no desenvolvimento e aprimoramento de processos de diversas civilizações, estando presente na história da humanidade desde os primórdios e que vem se tornando, cada vez mais, um fator estratégico decisivo nas organizações do século XXI.

3.3 LOGÍSTICA REVERSA

3.3.1 Conceito de Logística Reversa

Conforme Leite (2017,p.18):

Logística Reversa é a área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valores de diversas naturezas: econômico, de prestação de serviços, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, dentre outros.

Em outras palavras, Meireles (2019) declara que a área da Logística Reversa possui como propósito, estabelecer o processo de recuperação de bens através do retorno ao ponto de origem, reduzir a quantidade de recursos utilizados mediante ao procedimento de reciclagem, assim como definir materiais aptos à reutilização e descarte adequado para os bens que não possam ser reaproveitados, reparados ou refabricados.

Diante disso, é importante ressaltar que tais definições e objetivos acerca da Logística Reversa (que também é nomeada como logística integral ou logística inversa), muitas vezes se confunde com a logística verde (*green logistics*), mas, que apesar da similaridade, Meireles (2019, p.66) esclarece que “a logística verde ou ecológica é a parte da logística que se preocupa com os aspectos ambientais causados pela atividade logística ,enquanto que a Logística Reversa trata dos aspectos dos retornos de produtos, embalagens ou materiais ao seu centro produtivo” (*apud* DONATO,2008,p.19).

Foi baseada nessas preocupações e necessidades do tratamento adequado para resíduos sólidos, que a Logística Reversa se desenvolveu e, a partir de estruturas essenciais e específicas, tem revolucionado cada vez mais a forma de empresariar na era contemporânea. Essas estruturas indispensáveis são nomeadas de canais de distribuição reversos.

3.3.2 Canais de distribuição reversos

De acordo com Razzolini e Bertè (2019), a existência e aplicabilidade dos canais reversos são sustentadas por razões muito mais complexas do que aquelas abordadas tradicionalmente, uma vez que, quando se menciona o termo Logística Reversa, aborda-se também questões legais e não apenas econômicas. Posto isto, se evidencia que a execução do processo pleno da Logística Reversa no meio empresarial, exige das organizações um esforço significativo para compreender de maneira íntegra o seu alto nível de relevância, impactos e influências, o que se inclui entender, principalmente, o que são os canais reversos de distribuição, as formas que atuam e os objetivos que buscam alcançar.

Assim, ainda segundo Razzolini e Bertè (2019), o gerenciamento dos canais reversos de distribuição pode ser entendido como as ações logísticas organizacionais que possuem como objetivo realizar o recolhimento dos produtos que já foram utilizados ou que se encontram ultrapassados e/ou danificados, sendo que tais produtos são classificados em duas categorias de canais reversos: Canais reversos de pós-venda (CDR-PV) e canais reversos de pós-consumo (CDR-PC).

Conforme Miranda (2019), a Logística Reversa dentro do processo de pós-venda, detém como propósito gerir bens e informações a respeito dos materiais que estarão aptos a serem reinseridos na cadeia de distribuição direta.

Por outro lado, Formigoni *et al* (2017), completa afirmando que a adoção da Logística Reversa do pós-venda, perpassa por uma série de critérios como fatores comerciais relacionados a pedidos ou defeitos de produtos, danos durante o transporte, erros de gestão de estoque, fator de garantia e qualidade, critérios legais referente a legislação ambiental, entre outros. Com relação aos objetivos da Logística Reversa de pós-venda, Leite (2017, p.57), destaca:

a) Objetivo econômico (recuperação de ativos e revalorização econômica): O foco é efetuar a revalorização financeira do produto de pós-venda. (...) As diferentes possibilidades de revalorização financeira são a revenda no mercado primário, venda no mercado secundário, desmanche, remanufatura, reciclagem industrial e disposição final.

b) Objetivo de competitividade (limpeza de canal) (...) Tal evento é possível com a gerência do retorno de bens e a sua consecutiva redução reposicionando também estoques excedentes no canal. Isso possibilita melhor aproveitamento

de oportunidades e o próprio espaço da área de estocagem da loja.

c) Objetivo legal: O foco central é o atendimento às diversas legislações ambientais (municipal, estadual e federal), normas de certificação, padronização e qualidade. Possibilita identificar os bens e volumes destinados ao fluxo direto e reverso dos bens. Rogers e Tibben-Lembke (2002) descrevem as diferenças entre distribuição direta e reversa de pós-venda (coleta, seleção/separação, consolidação e destinação).

Em contrapartida, Formigoni (2017) aborda sobre a Logística Reversa de pós-consumo, reiterando que a sua finalidade é agregar valor para produtos que, ligeiramente, fora denominado como inútil pelo seu último usuário e que ainda possui possibilidades claras de reutilização após tratamento industrial, sendo relevante enfatizar que tais produtos podem ser originados de bens duráveis ou descartáveis que, através de canais de reciclagem ou reuso, são encaminhados a seu destino final.

Logo, para uma melhor compreensão acerca de tal processo, Leite (2017) ressalta a importância de distinguir os bens de pós-consumo a partir de categorias específicas, considerando como fator classificatório o prazo de vida útil que cada produto possui. Seguindo essa lógica, Leite (2017) dividi os bens em três grupos: descartáveis (que se refere aos produtos com ciclo de vida útil de semanas, como é o caso das embalagens de produtos, revistas e jornais, artigos para escritórios, etc), duráveis (que diz respeito a bens automotivos, maquinários industriais, eletroeletrônicos, entre outros, cujo ciclo de vida varia entre anos e décadas) e semiduráveis (referente aos bens que possui duração de meses, como, por exemplo, óleos lubrificantes e baterias de celulares).

À vista disso, Pereira *et al* (2012) julga importante salientar que, especificamente, os bens enquadrados nas categorias de bens duráveis e semiduráveis, dispõem de várias maneiras e razões para chegar até a cadeia reversa de pós-consumo como, por exemplo, através de carroceiros, coleta seletiva e sistema reverso organizado (*reverse take back*) e por razões como avarias causadas pelo manuseio incorreto do produto durante o transporte e fim do prazo útil de vida devido a performance não satisfatória do produto, desgaste e obsolescência em relação a novos modelos em processo de lançamento.

Por outro lado, no que diz respeito aos canais de distribuição reversos de reuso, desmanche e reciclagem, Pereira *et al* (2012) enfatiza que:

Para que haja o canal reverso de reuso é necessário que o bem de pós-consumo tenha condições e que a cadeia esteja

estruturada para a coleta, seleção e revalorização, assim, ocorrerá o encaminhamento desse bem ao mercado de bens de segunda mão. (...) Em relação aos canais de reciclagem, eles iniciam-se quando se encerra o ciclo de revalorização de reuso do bem pós-consumo, ou seja, a reciclagem é possibilitada após a reutilização desse produto até esgotar-se a possibilidade de reutilização.

Pereira *et al* (2012), preconiza, ainda, a importância de abordar sobre a especial projeção de canais de distribuição reversos de pós-consumo específicos para bens descartáveis oriundos de ambientes domiciliares, industriais e comerciais, como é o caso dos resíduos sólidos (plásticos, metais, vidros, latas e embalagens variadas) que dispõem como formas de recolhimento a coleta de lixo, a coleta seletiva e a coleta informal.

Em contrapartida, é de suma relevância enfatizar que além de suas ramificações como canais de distribuição reversos de pós-venda e pós-consumo, a Logística Reversa também possui uma série de atuações importantíssimas que impactam diferentes setores de diferentes maneiras, ao mesmo tempo que tem provocado mudanças expressivas nas organizações e na sociedade contemporânea como um todo.

3.4 ATUAÇÕES DA LOGÍSTICA REVERSA

3.4.1 Como fator de redução de custos

Conforme Leite (2017, p.45):

O objetivo principal de qualquer atividade econômica está centrado nos resultados financeiros que essa atividade pode propiciar ao seu empreendedor. Na Logística Reversa, a motivação econômica está nas economias geradas nos processos, nos custos de materiais, no aproveitamento de matérias-primas secundárias e em outros fatores mercadológicos.

Leite (2017) ainda completa afirmando que um dos pilares que a Logística Reversa de pós-consumo se debruça é o fator econômico-financeiro, visto que uma parte significativa das operações reversas acontecem, justamente,

através de canais de reciclagem, reuso e remanufatura, originando, desses processos, um resultado altamente satisfatório e categoricamente notável no que diz respeito às economias geradas pelos baixos preços dos recursos primários reciclados e secundários que foram reinseridos no processo de produção, a redução significativa de recursos financeiros destinados para o consumo elétrico dos equipamentos de fábrica e para compra de matérias-primas. Dessa forma, o impacto financeiro que a Logística Reversa exerce é expressa de forma dinâmica através de uma curva exponencial decrescente em relação aos custos industriais, uma vez que não necessita de um novo consumo de energia e nem de novas matérias-primas para reiniciar o ciclo produtivo, sendo possível realizar os mesmos processos que resultam nos bens programados de produção com o mesmo nível de qualidade, porém, agora, a menores custos.

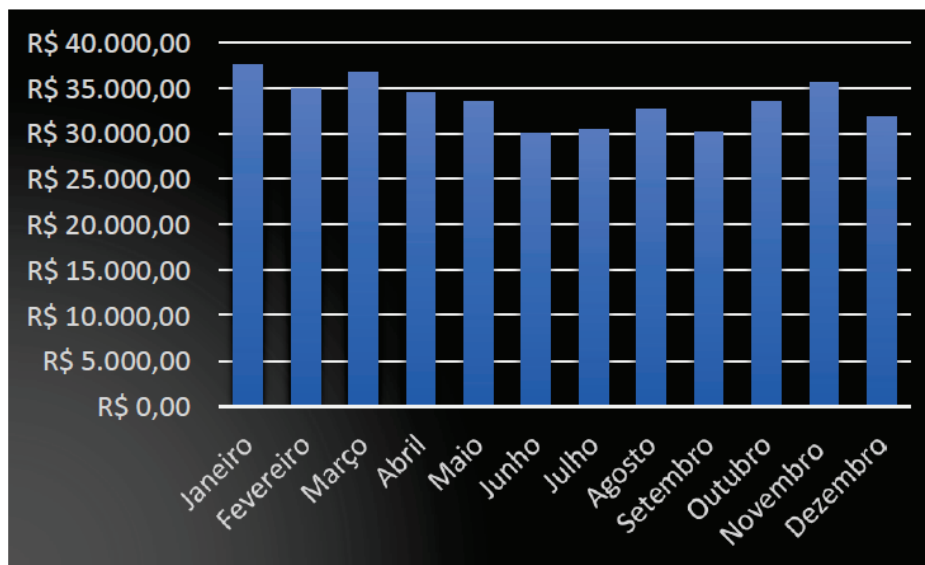
Por conseguinte, Pereira *et al* (2012) ressalta que, além de abranger a redução de custos, os processos oriundos dos canais reversos de pós-consumo, são naturalmente projetados de forma a implicar em ganhos financeiros para todos os membros participantes desse ciclo regresso de materiais, destacando que os objetivos financeiros empresariais se delineiam sobre a lógica da economia resultante da diferença entre os preços das matérias-primas primárias e secundárias, da redução de energia elétrica e de outras formas de geração de energia (pelo fato de não ser mais necessário um novo gasto para novas fabricações), na economia oriunda da substituição de insumos virgens a partir da reciclagem de matérias-primas e pela redução dos investimentos necessários nas fábricas que atuam com a reciclagem de matérias-primas.

Assim, de acordo com Rodrigues e Uriona (2017), é exatamente esse processo de reutilização de bens e redução de custos que inspiram, cada vez mais, a adoção da prática da Logística Reversa e implementação de políticas de melhorias em nome da evolução dos sistemas da LR nas empresas na contemporaneidade, sendo importante salientar que, uma série de indústrias que trabalham com alumínio, encontram nessas embalagens descartadas uma fonte de matéria-prima de alta qualidade e ao menor custo de processamento, uma vez que a produção do seu elemento base (bauxita), torna-se dispensável.

Razzolini e Berté (2019) acrescentam afirmando que tais práticas de Logística Reversa, apesar de não ser muito difundida em território nacional, já faz parte da realidade de inúmeras empresas estrangeiras que conseguiram atingir com sucesso resultados financeiros surpreendentes através da redução drástica de uma série de custos. Entretanto, é importante ressaltar que os resultados obtidos pela prática da Logística Reversa, à medida em que atuam ativamente na redução de custos, criam uma linha exponencial crescente com relação a receita empresarial, contribuindo igualmente para a alavancagem do faturamento total empresarial.

Na Figura 3.1 é apresentada a receita total obtida pela empresa COOPERLIX (Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente), no estado de São Paulo, durante o ano de 2011.

Figura 3.1: Receita total da empresa COOPERLIX em 2011



Fonte: Adaptado de COOPERLIX,2011

Verifica-se na Figura 3.1, que a maior receita obtida pela empresa foi durante o mês de janeiro com ganhos que chegaram a R\$ 37.537,30. Já no final do 1º semestre e no início do 2º, constata-se que houve uma baixa com retornos de R\$ 30.054,45 e R\$ 30.455,45 nos meses de junho e julho respectivamente. Por outro lado, durante todo o mês de novembro, a empresa atingiu um maior faturamento com relação aos resultados anteriores atingindo a marca de R\$ 35.641,34, a sua terceira maior receita durante os dois semestres de 2011.

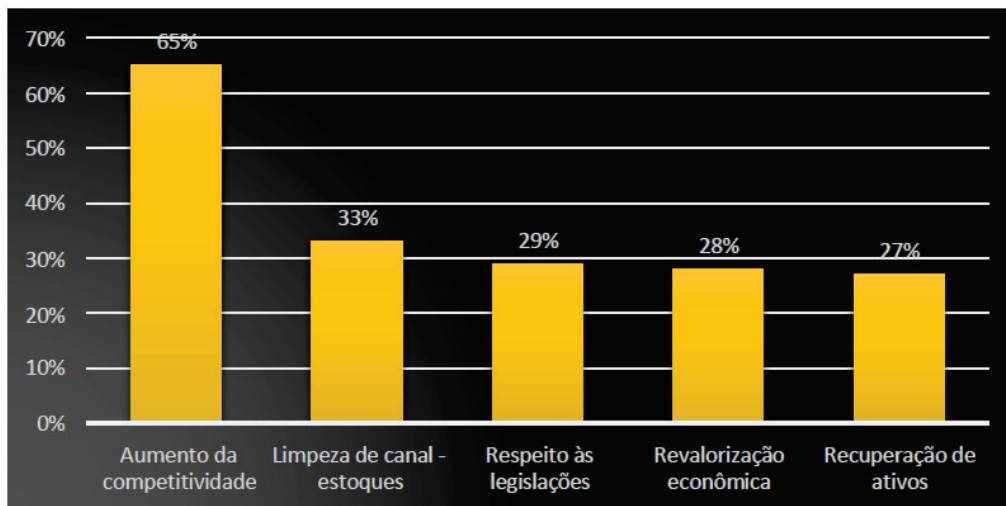
3.4.2 Como estratégia empresarial

Em termos de estratégia empresarial e concorrência, Razzolini e Berté preconizam que é categoricamente notório que o processo de implementação das políticas de Logística Reversa impactam positivamente a imagem empresarial, visto que nunca na história, desde a revolução industrial, nunca fora testemunhada tamanha preocupação em torno dos processos de retorno e tratamento de embalagens por parte dos consumidores como nos dias atuais, podendo ser creditada, ainda, como algumas das principais colaboradoras da ascensão da imagem organizacional, a elaboração de iniciativas em torno da dinamização de estruturas públicas de coleta de bens improdutivos especiais (como é o caso de baterias de celulares), e do aprimoramento de pontos de coleta de embalagens que podem ser reinseridas no ciclo produtivo após reciclagem. Os benefícios ofertados através desses processos de elevação da imagem das empresas que possuem como base a Logística Reversa de pós-consumo, são definidos como ganhos proporcionados pelo marketing socioambiental.

Sobre essa perspectiva, Meireles (2019) preconiza que a adoção de práticas empresariais voltadas para questões socioambientais supera irrestritamente o fator de marketing empresarial, uma vez que a amplitude de tais iniciativas giram igualmente em torno e com o mesmo nível de impacto sobre questões relacionadas a um maior nível de competitividade empresarial, o que culmina no aumento dos lucros e no processo de fidelização dos clientes. É por tal complexidade acerca da reputação da imagem das organizações do século XXI, que a prática ambientalmente correta se constitui, indiscutivelmente, como uma forte estratégia e diferencial entre as empresas que desejam conquistar um maior *market shar*.

Na figura 3.2 é possível observar os principais motivos estratégicos que estimulam as empresas à prática da Logística Reversa.

Figura 3.2: Motivos estratégicos que estimulam as empresas à prática da Logística Reversa



Fonte: Adaptado de LEITE,2017, p.65

Como pode ser observado na figura 3.2, o principal motivo que induz as empresas a aderirem a Logística Reversa é exatamente o aumento da competitividade, sendo responsável pelos significativos 65% da aderência da prática. Em seguida, o resultado proporcionado na limpeza de canal é responsável por 33% da adesão. Posteriormente, a obrigação de cumprimento às legislações, o processo de revalorização econômica e recuperação de ativos ocupam a importância de 29%, 28% e 27% respectivamente.

3.4.3 Como responsabilidade ambiental

De acordo com Rodrigues e Uriona (2017), o fortalecimento das ideias e políticas a respeito de práticas ambientais conscientes, obrigatoriamente, exigem das empresas atuais, uma reavaliação e um processo de reengenharia sofisti-

cado em relação às novas formas que os indicadores de desempenho produtivo devem ser administrados dentro desse contexto vigente. Partindo dessa perspectiva, a necessidade de reduzir os índices relativos aos impactos ambientais promovidos pelas atividades empresariais, se torna uma missão necessária, inevitável e possível, sendo a prática da Logística Reversa a alternativa mais viável para essa incumbência que busca, não somente abrandar os impactos dos remanescentes provenientes dos processos produtivos no meio ambiente a partir dos processos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequado, mas igualmente sintetizar os efeitos que os produtos ecoam, ainda, durante o seu ciclo de vida.

Segundo o Instituto de Logística Reversa (2016, p.5):

No nível ambiental, a Logística Reversa garante um aumento na reciclagem de materiais. Ao apoiar e desenvolver a cadeia de reciclagem, a quantidade de resíduos que seriam descartados de forma incorreta no meio ambiente diminui. Tudo isso permite a diminuição da poluição e dos impactos destes resíduos na natureza.

Por outro lado, de acordo com Stroparo e Dombroski (2018), é importante deixar claro que o processo produtivo é submetido a uma série de decisões que influenciam diretamente na forma em que os produtos serão descartados futuramente, podendo citar como fatores decisivos a legislação, o planejamento dos produtos e o seus processos produtivos que, por sua vez, poderão ter um alto grau de influência ambiental quando alcançarem o término do ciclo de vida (*apud* LEITE, 2012).

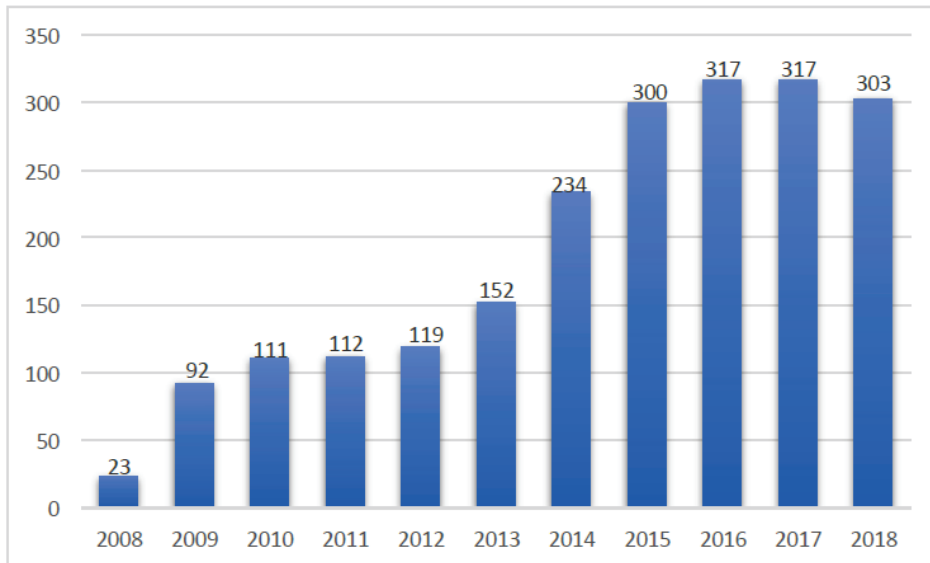
A Figura 3.3 mostra a quantidade de materiais reciclados anualmente com o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Fiocruz.

Diante do exposto na Figura 3.3, torna-se relevante destacar que os principais impactos ambientais positivos no campo da Logística Reversa são possibilitados, especialmente, pelo processo de reciclagem de materiais, o que resulta na diminuição significativa de resíduos nos aterros sanitários ao passo que também torna desnecessário a adoção de novos processos de extração de matérias-primas virgens, uma vez que é possível encontrá-las nos materiais em processo de reciclagem favorecendo, dessa forma, maior preservação do meio ambiente.

Guarnieri (2011, p.30) completa, afirmando que:

O conceito de Logística Reversa ampara-se justamente na sustentabilidade ecológica e econômica, comprovando que existem possibilidades de desenvolvimento econômico ca-

Figura 3.3: Quantidade em toneladas de materiais recicláveis coletado pelo Programa de Coleta Seletiva Solidária da Fiocruz entre 2008 e 2018



Fonte: Adaptado do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) – COGIC, 2018.

minhar ao lado do desenvolvimento ambiental. As empresas podem ao mesmo tempo que geram lucros e riqueza, adotar práticas sustentáveis que lhe tragam benefícios e garantam a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, além de possibilitar a sustentabilidade social, respeitando a comunidade em que se insere, gerando empregos e renda.

3.4.4 Como geradora de emprego

De acordo com o Instituto de Logística Reversa (2016), a prática da LR possui um impacto grandioso no âmbito social, visto que possibilita formalizar e criar empregos através da estrutura da cadeia de reciclagem que, por sua vez, mantém ativas redes de cooperativas que possuem em seu quadro diversos colaboradores que trabalham exclusivamente no setor de reciclagem, coleta e triagem de materiais descartados. É nesse contexto, que demanda uma mão-de-obra bem estruturada, que a Logística Reversa consegue gerar novos empregos e renda, principalmente, para as classes mais necessitadas, como é o caso dos coletores, sucateiros e recicladores.

Segundo Pereira *et al* (2012, p.44), a distribuição dos ganhos financeiros para os membros que participam do processo de Logística Reversa de pós-consumo ocorre das seguintes formas:

i. Etapa da coleta $\text{Custo da} = \text{Custo de} + \text{Custo do coleta}$
(Cc) posse (Cp) beneficiamento inicial (Cbi) Preço de venda
ao coletor = Cc + Lucro do coletor (Lc)

ii. Etapa do sucateiro $\text{Custo para o sucateiro} = \text{Cc} + \text{Lc} +$
 $\text{Custo próprio (Cs) Preço de venda do sucateiro} = \text{Cc} + \text{Lc} +$
 $\text{Cs} + \text{Lucro do sucateiro (Ls)}$

iii. Etapa de reciclagem $\text{Custo para o reciclador} = \text{Cc} + \text{Lc} +$
 $\text{Cs} + \text{Ls} + \text{custo próprio (Cr) Preço de venda do reciclador} =$
 $\text{Cc} + \text{Lc} + \text{Cs} + \text{Ls} + \text{Cr} + \text{Lucro do reciclador (Lr)}$

As fórmulas acima, além de possibilitar melhor compreensão acerca dos principais participantes (coletores, sucateiros e recicladores) dentro do processo da Logística Reversa de pós-consumo, permitem igualmente conhecer, de forma detalhada, como os cálculos e fluxos financeiros ocorrem entre eles. Além disso, ao conhecer os membros dessa estrutura e suas atuações, é possível ampliar a consciência acerca da importante e fundamental atividade que esses trabalhadores desempenham na sociedade, muito embora ainda sofram, desrespeitosamente, com os fatores de invisibilidade e discriminação social. Dentro desse contexto, ainda é importante ressaltar que tais gerações de empregos proporcionadas pela Logística Reversa, conseqüentemente, geram novas rendas para milhares de famílias que, muitas vezes, dispõem somente dessa fonte financeira.

Conforme informações da COGIC (Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi), da Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, o exercício da Logística Reversa de pós-consumo, contribui para a formação da estrutura financeira de diversas famílias, atingindo a marca de R\$120.000,00, valor esse que é doado para cooperados anualmente, sendo que 16 famílias de catadores se mantêm ativa no programa da Fundação atualmente.

3.5 A LOGÍSTICA REVERSA NO BRASIL

3.5.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

De acordo com Rodrigues e Uriona (2017), não há no Brasil códigos legais específicos que abordem sobre como deve ser a prática da Logística Reversa, mas que, em contrapartida, existem uma série de legislações municipais e estaduais que orientam sobre como deve ser o tratamento de resíduos sólidos mediante a LR (*apud* IPEA, 2012).

Nesse contexto, a lei nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010, aborda sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e existe com a finalidade de nortear as empresas a respeito dos perigos socioambientais causados pela administração ou destinação incorreta de resíduos sólidos e as medidas legais aplicáveis às organizações que, porventura, não cumpram as diretrizes estabelecidas.

Esta lei decreta que:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I. Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas na lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema, do SNVS (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária) e do SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) ou em normas técnicas;
- II. Pilhas e baterias;
- III. Pneus;
- IV. Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V. Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e luz mista;
- VI. Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Sendo importante ressaltar que, segundo o Ministério do Meio Ambiente,

(...) os artigos 61 e 62 do decreto 6.514/08, que regulamenta a lei de crimes ambientais, quem causar poluição que possa resultar em danos à saúde humana ou ao meio ambiente, incluindo a disposição inadequada de resíduos sólidos, estará sujeito à multa de R\$5mil a R\$ 50 milhões.

3.6 EXEMPLOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE PRATICAM A LOGÍSTICA REVERSA

3.6.1 Natura

A empresa dispõe de dois programas exclusivos com foco na prática da Logística Reversa. Um deles é o Elos, um programa baseado na aliança entre empresa e fornecedores de embalagens que possui como objetivo garantir todo o processo de rastreamento, autenticação e cadeias responsáveis pela entrega dos materiais dentro do processo de Logística Reversa. Outro programa que a empresa apoia se chama Dê a Mão Para o Futuro que, compreendendo a importância do exercício da responsabilidade social, possibilita através desse programa o fortalecimento e profissionalização das estruturas de cadeias de reciclagem em todo o Brasil. É importante ressaltar que a empresa Natura se comprometeu com a meta de encaminhar 50% dos resíduos de suas embalagens para a reciclagem.

3.6.2 Caldo Bom

Especializada no setor alimentício no estado do Paraná, a Caldo Bom dispõe do selo “Nós Reciclamos”, que é o selo que certifica que a empresa está comprometida com o exercício da Logística Reversa em suas operações através de políticas que abarcam o equilíbrio ambiental e que valida as suas ações mediante notas fiscais, rastreamento de dados relativos a reciclagem e remuneração de cooperativas.

3.7 A LOGÍSTICA REVERSA NO EXTERIOR

Packaging Ordinance é como se denomina a regulamentação que surgiu na Alemanha em 1991 e que trata de pontos importantes acerca da Logística Reversa alemã. Estabelece, por exemplo, a reciclagem e reutilização obrigatória de paletes e caixas de papelão unitizados, assim como embalagens primárias e sistemas de descarte especiais para embalagens de detergentes, tinta e bebida.

Já na Espanha, ainda não há uma regulamentação de Logística Reversa em implementação. Porém, foi aprovada a Lei nº 10 em 21 de abril de 1998, prevendo a concepção do plano nacional de resíduos sólidos em território espanhol.

3.7.1 Exemplos de empresas estrangeiras que praticam a Logística Reversa

McDonald's

No Brasil, além de ser uma famosa rede de *fast food*, o McDonald's também é conhecido por ter implementado em sua rotina uma solução bastante criativa e inovadora com relação ao descarte do óleo utilizado para fritar batatas. Para evitar o descarte incorreto desse resíduo, a empresa decidiu trabalhar em parceria com a Martin Brower, uma multinacional especializada em serviços logísticos para restaurantes, com o objetivo de tornar a empresa mais sustentável. Assim, após os próprios caminhões que fornecem alimentos para os restaurantes realizar o processo de recolhimento do óleo utilizado no McDonald's, esse material é submetido a análises minuciosas e finalmente é enviado para uma usina, onde terá tratamento especial e será transformado em biocombustível que servirá para abastecer os caminhões da própria empresa.

Dessa forma, o McDonald's tornou-se conhecida mundialmente pela solução criativa de Logística Reversa com relação a destinação do óleo utilizado de batatas, transformando um problema e agravante ambiental em uma solução inteligente e viável.

Coca-Cola

A Coca-Cola também entra na lista das empresas estrangeiras que praticam a Logística Reversa. A empresa garantiu que até o ano de 2030, recolherá 100% das embalagens que colocou no mercado, valendo ressaltar que, atualmente, de acordo com informações da Coca-Cola Brasil, o total de 51% das embalagens produzidas pela empresa e descartadas pelos usuários, já possuem tratamento correto, garantindo que tais ações resultam, especialmente, do uso pleno das embalagens retornáveis, do processo de reciclagem realizada na resina, assegurando, dessa forma, insumos para novas garrafas em regime de confecção, assim como através de parcerias estabelecidas com mais 200 cooperativas pelo país.

Todas essas ações e políticas apoiadas e desenvolvidas pela Coca-Cola, conferem à empresa um destaque ainda maior para sua marca em termos de iniciativas que apoiam e defendem a integridade do meio ambiente.

3.8 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de maneira objetiva, investigativa e comprovativa enquadrando-se quanto aos objetivos como exploratória, uma vez que permite maiores e melhores esclarecimentos sobre a área de foco proposto, e de categoria bibliográfica quanto ao procedimento, visto que foi realizada a análise

de literatura, revistas e estudo de artigos com casos empresariais de sucesso que implementaram a Logística Reversa em suas políticas, assim como verificação de gráficos demonstrativos do impacto econômico-socioambiental pelo exercício da Logística Reversa utilizando-se, desse modo, dados secundários e estruturando-se, dessa forma, como método de abordagem indutivo, uma vez que buscou-se por meio desta pesquisa e dados coletados atingir uma compreensão mais dinâmica sobre as influências reais da prática da Logística Reversa em nível econômico (dentro e fora das organizações), ambiental e social a partir de casos particulares de empresas, explicitando com detalhes a forma na qual toda a transformação desses níveis ocorre e, por conseguinte, colaborar para a formação de uma reflexão mais crítica e clara acerca do tema proposto, tanto para as organizações quanto para a sociedade como um todo visando“(...) chegar a conclusões mais amplas do que o conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado” (MEZZARROBA; MONTEIRO,2009, p.63).

3.9 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Pereira *et al* (2012), é possível observar que as principais economias empresariais provenientes da Logística Reversa ocorrem, principalmente, no campo dos preços entre matérias-primas primárias e secundárias, onde verifica-se diferenças significativas de custos entre ambas, na quantidade de energia utilizada na produção de produtos, na quantidade de componentes que entram na composição de matérias- primas virgens e economias obtidas pela diferença entre investimentos em fábricas de matérias-primas primárias e de matérias-primas recicladas. Portanto, deste modo, comprova-se que o exercício da Logística Reversa se torna eficaz no que diz respeito a políticas organizacionais de redução de custos, uma vez que a LR intervém em gastos que vão desde a matéria-prima até a quantidade de energia consumida. Além disso, considerando que o lucro empresarial é o resultado da diferença entre receitas e custos, conclui-se, por consequência, que a redução desses custos alavanca as receitas, tornando as organizações mais fortes e bem sucedidas financeiramente.

Por outro lado, de acordo com a COGIC (Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi), que é responsável por gerenciar o espaço físico da Fiocruz no estado do Rio de Janeiro, a Logística Reversa também possui grande influência sobre o meio ambiente, uma vez que auxilia na redução de rejeitos nos aterros sanitários, assim como na diminuição da exploração de recursos naturais, visto que não mais se torna necessário a reextração de insumos da natureza para novos processos produtivos. Dessa forma, constata-se que a aplicação da Logística Reversa possui uma extensão que vai muito além de uma ferramenta empresarial, uma vez que configura-se como um instrumento ativo de sustentabilidade de ampla relevância que possibilita o progresso econômico empresarial, ao passo que reduz a exploração ambiental e promove maior preservação ecoló-

gica, comprovando que é possível as empresas contemporâneas empreenderem, atreladas aos princípios da ética, respeito e responsabilidade ambiental.

Para completar, Guarnieri (2011) afirma que além de atuar na esfera econômica e ambiental, a Logística Reversa ainda consegue se integrar no setor social, uma vez que, posto em prática na comunidade à qual está inserida, gera empregos e renda. Já de acordo com o COGIC, o alto nível de relevância da atividade pode ser constatado a partir da realidade das 16 famílias que, atualmente, a Fundação fornece suporte através da doação de materiais para diversas cooperativas legalizadas, chegando a atingir o valor aproximado de R\$ 120.000,00 por ano para esses trabalhadores, possibilitando, desse modo, uma melhor estrutura e qualidade de vida para centenas de pessoas.

Posto isso, valida-se o fato de que a Logística Reversa exerce um papel crucial na geração de novos empregos e na sustentação financeira às famílias com baixa ou nenhuma renda, fornecendo, dessa forma, suporte para a construção de uma sociedade mais digna e de economias nacionais bem estruturadas.

Logo, tendo em vista as hipóteses delineadas anteriormente no projeto de pesquisa a respeito da atuação da Logística Reversa como fator de redução de custos empresariais, alavancagem de receitas, como elemento de preservação ecológica, geração de emprego, renda e economias mais potentes, torna-se pertinente validá-las como verdadeiras e indiscutivelmente viáveis.

3.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto no presente trabalho, observou-se que as organizações do século XXI se veem de frente a um grande desafio, uma vez que não basta apenas produzir, mas também saber como fazer isso da melhor forma, mantendo a competitividade em um mercado cada vez mais acirrado, aumentando os lucros empresariais, respeitando o meio ambiente e satisfazendo os desejos dos exigentes consumidores contemporâneos.

Foi baseada nessa realidade vigente, que a Logística Reversa foi apresentada de forma elucidativa como uma solução indiscutivelmente eficaz não só em nível empresarial, uma vez que, como constatado no decorrer desse artigo, pode-se considerar que o exercício da Logística Reversa por parte das empresas contemporâneas, para além de uma ferramenta corporativa estratégica, de redução de custos e alavancagem de receitas, impacta com o mesmo nível de relevância o meio ambiente, especialmente, em virtude da redução de exploração de recursos naturais através do processo de reciclagem e destinação devida aos resíduos sólidos, assim como a esfera social, posto que a sua prática gera milhares de empregos através dos coletores, catadores e recicladores ou cooperativas, se tornando, muitas vezes, a principal fonte de renda de muitas famílias.

À vista disso, em consonância com os objetivos propostos inicialmente nesse trabalho, torna-se admissível assegurar que os mesmos foram cumpridos com êxito, em razão de ter sido possível compreender de maneira ampla e dinâmica quais as reais extensões, níveis de impacto e alta relevância que a prática da Logística Reversa pode englobar quando adotada pelas empresas do século XXI.

Desse modo, este estudo pode servir como contribuição para a construção de uma sustentabilidade econômica- socioambiental mais sólida à qual pode agregar alto valor para as corporações da atualidade, de forma que é plausível criar novas formas de empresariar com ética e responsabilidade em um mundo globalizado, com empresas cada vez mais reflexivas e engajadas com o meio ambiente. Para nós, administradores, assim como para todos os profissionais, independentemente da área de atuação, e sociedade em geral, há aqui o nosso compromisso de honrar a construção de um mundo mais saudável, digno e próspero para as futuras gerações.

3.11 REFERÊNCIAS

BERTÉ, Rodrigo; RAZZOLINI, Edelvino. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil.** 3ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

CAMPOS, Alexandre; GARCIA, Douglas. **Logística Reversa integrada.** Sistemas de responsabilidade pós-consumo aplicados ao ciclo de vida dos produtos. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2017.

Comunicação ambiental: resultado do programa de coleta seletiva solidária da Fiocruz. Disponível em: <http://www.cogic.fiocruz.br/2019/05/comunicacao-ambiental-resultado-do-programa-de-coleta-seletiva-solidaria-da-fiocruz/> Acesso em: 17 de Out. de 2020.

Empresas com bons exemplos de Logística Reversa. Disponível em: <http://www.Instituto de Logística Reversapr.com.br/blog/4-exemplos-de-logistica-reversa/> Acesso em: 13 de Out. de 2020.

FORMIGONI, Alexandre *et al.* **Logística.** Um enfoque prático. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GUARNIERI, Patrícia. **Logística Reversa:** em busca do equilíbrio econômico e ambiental. 1ª ed. Recife: Ed. Clube de Autores, 2011.

INSTITUTO DE LOGÍSTICA REVERSA. **Logística Reversa:** A importância para sua empresa. [S.l], [2016?] Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/131647/1591979828Logstica_Reversa_AiN

LEITE, Roberto. **Logística Reversa**. Sustentabilidade e competitividade. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

LINHARES, Hérika; MOREIRA, Erivaldo; SILVA, Monica. Análise nacional e internacional da legislação ambiental sobre resíduos sólidos. **Revista Espacios**, vol.37, n.º19, p.24, Mar.2016.

MEIRELES, José. **Impacto ambiental e Logística Reversa**.1ª ed. São Paulo, Senac, 2019.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRANDA, Rodrigo. **Estratégia de comercialização e logística integrada**.1ª ed. São Paulo: Senac, 2019.

PEREIRA *et al.* **Logística Reversa e Sustentabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PNRS. Disponível em:

<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos.html> Acesso em: 16 de Out. de 2020.

RODRIGUES; URIONA. **Logística Reversa: Definições, conceitos e suas peculiaridades**. 1ª ed. Florianópolis: UFSC,2017.

STROPARO, Regina; DOMBROSKI, Luciane. Logística Reversa e responsabilidade ambiental: uma análise bibliométrica. **Revista Espacios**, vol.39, nº04, p. 30, 2018.

TROMBETA, Roberta. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis: da precarização à organização do trabalho. **Revista Pegada** – vol. 13, nº1, jun.2012.

Capítulo 4

A Etnomatemática como perspectiva motivadora no processo Ensino e aprendizagem da matemática de feirantes

Juliana Matos de Melo

E-mail: jully.melo21@gmail.com

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural
Universidade do Estado da Bahia*

Jeanne Denise de Souza Menezes

E-mail: docente.jeannedenise@fsssacramento.br

*Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento
Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFS
Pós-Doutora na Universidade Federal da Bahia - CAPES/UFBA*

Leila Patrícia Santos

E-mail: leilapatriciasantos@yahoo.com.br

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural
Universidade do Estado da Bahia*

Gisele Santos Fernandes

E-mail: giselesantosnc59@gmail.com

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural
Universidade do Estado da Bahia*

Marina Gonçalves Dos Santos Santana

E-mail: ninagoncalves01@hotmail.com

Graduanda em Engenharia de Produção

Faculdade Santíssimo Sacramento

Marcelino Pimentel de Souza

E-mail: caatingueiros@hotmail.com

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia

Ana Rita Santiago

E-mail: anaritasantiago16@gmail.com

Docente da Universidade do Estado da Bahia

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO: A Etnomatemática, para além dos muros da escola, põe os saberes em movimento e empodera aqueles para quem a formação escolar foi restringida por razões de uma política econômica que impelem o cidadão e a cidadã a lutarem apenas pela sobrevivência. Nesse sentido, esse artigo visa compreender o conceito de Etnomatemática e destacar suas contribuições para o ensino e aprendizagem de matemática, sobretudo para feirantes. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica utilizando desde os aportes teóricos que abordam sobre a Etnomatemática e o Letramento matemático. Além de trazer autores para discutir a formação do (da) professor (a) de matemática dentro da perspectiva da etnomatemática e estudos contemporâneos do ensino baseado na etnomatemática. O resultado do estudo corrobora que a Etnomatemática traz uma diferente perspectiva para educação, na qual ocorre uma valorização da vivência cotidiana dos discentes. A Etnomatemática nos ensina que em todo processo de aprendizagem há um(a) professor(a) e um(a) aluno(a) que estão dispostos a aprender de maneira recíproca, onde o (a) professor(a) é o (a) principal idealizador(a) e defensor(a) da Etnomatemática, que leva em considerações os fatos e conhecimentos que fazem parte do seu ambiente cultural no qual vive o (a) discente.

PALAVRAS-CHAVE: Etnomatemática. Letramentos matemático. Aprendizagem.

4.1 INTRODUÇÃO

A Etnomatemática coloca os saberes em movimento e permite a quem a formação escolar foi, por razões de uma política econômica, reduzida pela necessidade de lutar pela sobrevivência. Assim, a etnomatemática deve ser vista como letramento de forma rizomática, que leva em consideração as dobras que o discurso dos (das) professores (as) e dos (das) alunos (as) podem apresentar no momento em que demonstram a relação que ambos têm com a matemática.

Nesse sentido, torna-se importante estabelecer um diálogo com os estudos de autores como Deleuze e Guatarri (1995) sobre as perspectivas de análise da temática, Bachelard (2006), Além de D'Ambrósio (2007) que apresenta o conceito de Etnomatemática, como contraponto ao que entendemos a respeito do que é “ensinar” matemática.

Assim, o movimento do ensino-aprendizagem em alguns grupos sociais ocorre de maneira inversa ao que já se tem por tradição: pautado apenas na teoria. Ir à contramão desse processo, observar como a prática pode interferir na teoria ensinada em sala de aula permite considerar que os grupos minoritários, são possuidores e produtores de conhecimento capazes de dialogar com os saberes já legitimados pela ciência, ou seja, os ensinados podem também ser ensinantes.

Neste contexto, discutir os conceitos de Etnomatemática e Letramento do ponto de vista da função social e do fomento à autonomia do sujeito pode promover um repensar do educador sobre sua práxis, no momento em que entende o seu aluno como multiplicador de saberes, subvertendo a ideia de que o professor é o único detentor do conhecimento e que eleger quem pode ser alfabetizado, quando e onde.

Tem-se, então, como objetivo geral compreender o conceito de Etnomatemática e destacar as crenças acerca do ensino e aprendizagem de matemática de feirantes. Além de ressaltar as questões crítico-culturais envolvidas, no que tange aos processos de desconstrução de uma realidade dominante.

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

4.2.1 A formação do professor e seus desafios

A formação docente passa por transformações estruturantes, por permanências neoliberais, pela competição, pelo crescimento desenfreado das licenciaturas, a distância, pela presença das novas tecnologias educacionais e pela dissociabilidade entre teoria e prática.

Sabemos que tais transformações são marcadas pela rápida expansão tecnológica. Os (As) educadores(as) se viram com uma necessidade emergencial de incorporar às novas realidades tecnológicas. Para que os (as) educadores(as) possam acompanhar essas mudanças, eles (elas) começaram a alterar as suas realidades e procuraram fazer cursos de formação tecnológica, pois os (as) professores(as) não podem e nem querem afastar a tecnologia, o que esperam é que unam a tecnologia com o seu espaço de trabalho, que é a sala de aula.

Os (As) professores(as) precisam aderir ao mundo tecnológico de forma gradativa, sem conceitos pré-estabelecidos sobre a educação tecnológica. Urge a necessidade de aproximar a tecnologia aos (às) educandos(as). Nesse sentido, segundo Bandeira (2016), o (a) educador(a) matemático(a) passa a ter um papel fundamental, pois é importante realizar uma análise crítica dos conteúdos, a sua

importância e as suas ligações com a sociedade, estabelecendo comparações entre os conceitos matemáticos do passado e do presente e a sua conexão com o futuro.

Com os paradigmas da educação tecnológica, o (a) educador(a) tem transformado as suas práticas de ensino e aprendizagem que, antes, era mais embasada em teorias e teoremas. Atualmente eles (elas) aproximam esse conhecimento de forma menos sistemática e mais construtiva, de modo que os seus (suas) alunos(as) possam se entender como cidadãos e cidadãs, que tenham um olhar crítico, para que os saberes os (as) ajudem contribuam para o seu trabalho e o meio-social em que eles (elas) vivem.

4.2.2 A prática etnomatemática do professor

A matemática está em todo lugar e em toda comunidade. Ela é usada para atender as suas necessidades, quaisquer que sejam elas. A matemática, vista de modo menos informal possível, é praticada com o intuito de atender as necessidades urgentes ou não. A matemática deve ser dinâmica e construtiva, de maneira significativa e singular, fazendo com que as pessoas se sintam valorizadas.

Frankenstein e Powell (2002) consideram que um dos objetivos da etnomatemática é mostrar que os (as) discentes podem aprender a matemática escolar, pois essa área do conhecimento já faz parte da vida deles e delas. Nesse sentido, esses autores afirmam que “[...] Nós defendemos a conexão de suas compreensões matemáticas com uma história da matemática desconstruída e com a matemática acadêmica que eles estão estudando” (FRANKENSTEIN; POWELL, 2002, p. 1).

Sabemos que a matemática sempre esteve presente na vida dos (das) alunos(as). De modo menos informal vem, ao longo dos anos, interagindo com o meio social, mas, infelizmente, a matemática que eles (elas) aprendem no espaço escolar é bastante distante e diferente da matemática que eles (elas) utilizam para suprir as necessidades e de sua família.

Os (As) professores(as) precisam aderir ao mundo tecnológico de forma gradativa, sem conceitos pré-estabelecidos sobre a educação tecnológica. Urge a necessidade de aproximar a tecnologia aos (às) educandos(as). Nesse sentido, segundo Bandeira (2016), o (a) educador(a) matemático(a) passa a ter um papel fundamental, pois é importante realizar uma análise crítica dos conteúdos, a sua importância e as suas ligações com a sociedade, estabelecendo comparações entre os conceitos matemáticos do passado e do presente e a sua conexão com o futuro.

A etnomatemática e o letramento se interrelacionam no ensino de matemática, pois minimizam o silêncio social que, durante anos e até nos dias atuais, os (as) alunos(as) enfrentam. Isso os (as) motiva a frequentar a sala de aula; os seus sonhos ressurgem, pois não se sentem mais excluídos (as), e sim, acolhi-

dos(as) por aqueles (aquelas) mestres que, muitas vezes são admirados(as) e valorizados(as) pelos (pelas) alunos(as) (NACARATO, *et al* , 2018).

Enquanto docentes, precisamos pesquisar sobre as práticas matemáticas diárias para que através do seu resultado, possamos nos questionar se estamos ou não fazendo o uso adequado, no que tange ao ensino e à aprendizagem da matemática. Isso permite proporcionar uma maior visibilidade aos alunos(as), que são ocultados(as) da sociedade. Podemos então destacar, de acordo com D'Ambrósio (2019, p. 9): “[...] além do caráter antropológico, a etnomatemática tem um indiscutível foco político, a etnomatemática é embebida de ética, focalizada na recuperação da dignidade cultural do ser humano”.

A etnomatemática respeita a cultura de cada indivíduo, o senso comum, os saberes que o (a) aluno (a), inclusive os seus processos de escrita e leitura, uma vez que desenvolve várias práticas de leitura na comunidade, no seu contexto cultural, ou seja, de suas diferentes leituras do mundo à sua volta, de acordo com as suas necessidades. Terão múltiplas formas de ver o mundo, de acordo com as experiências sociais com a sua família e comunidade. Com a escola não seria diferente. Eles (Elas) levarão a leitura do mundo para a sala de aula. Nós, enquanto educadores(as) não podemos encapsular as leituras deles (delas) de ver o mundo, e sim, expandi-las em toda a sua diversidade cultural. O (a) professor(a), ao compreender a importância da valorização da diversidade cultural, estará mais preparado para acompanhar o desenvolvimento e aprendizado dos (das) alunos(as).

Os (as) alunos(as) sentem-se motivados(as) quando os (as) seus (suas) mestres respeitam e reconhecem as suas ideias e os seus modos de ver o mundo. As aulas ficam mais prazerosas, pois há uma troca de conhecimento embasado no respeito e valorização dos saberes e experiências que o (a) educando(a) tem de algum conteúdo curricular. Assim acontecerá troca de saberes. Essa é a dinâmica que a etnomatemática, junto ao letramento, apresenta para a sala de aula.

Essa confiança aluno(a)-professor(a) anima o (a) aluno(a), tornando-o(a) interessado(a) em participar de qualquer atividade que seus (suas) mestres desenvolvam nas aulas. Assim, supõe-se que eles (elas) não se sentirão inseguros(as), pois a sua cultura será valorizada e verão a vontade dos (das) professores(as) de lhes proporcionarem reflexões que lhes permitam pensar sobre a condição de subalternizados(as) e forjar estratégias para se tornarem confiantes e seguros(as), fazendo-os (as) assim seres curiosos e com mais ânsia de aprender, e o seu conhecimento prévio será valorizado (SANTOS, 2016).

4.2.3 Olhar pedagógico sobre a Etnomatemática na feira livre

Um estudo realizado por Bandeira e Morey (2010) intitulado “Pedagogia Etnomatemática: do “par de cinco” às concepções do sistema de numeração

decimal” teve como objetivo mostrar como deve trabalhar em sala de aula para que o compreenda os princípios do sistema de numeração decimal. Trabalha conceitos essenciais para a compreensão das operações fundamentais, utilizando, para isto, o conhecimento tradicional de sua comunidade, que no caso específico desse estudo foi a uma comunidade de horticultores da Grande Natal/RN.

Estudo elaborado por Nascimento e Bispo (2020) cujo título “Etnomatemática: explorando a linguagem matemática na comercialização dos produtos agrícolas na feira livre de Ouriçangas -BA”. Esse estudo teve como objetivo analisar e compreender a comunicação matemática utilizada pelos feirantes. Além de observar os modos peculiares de medir, comparar, classificar, arredondar, calcular e inferir. Foi possível verificar que esses feirantes, ao realizar seus cálculos, tinham como objetivo encontrar respostas exatas e sim soluções viáveis, ou seja, valores aproximados são muito mais valorizados e práticos do que realizar cálculos abstratos e exatos, como são apresentados pelo ambiente escolar. Portanto, através desse estudo, reforça que existem diversas formas de ‘pensar e fazer matemática’ e que estas dependem do contexto em que se está inserido.

Essas divisões não são realizadas com o auxílio da balança. Preferem adotar uma medida informal pois facilita seu trabalho e configura uma maior praticidade e facilidade para tomada de decisões. São as estratégias de sobrevivência que segundo D’Ambrósio (2019) facilitam no seu saber/fazer diário.

De acordo com D’Ambrósio:

O enfoque da etnomatemática para a matemática, é de implementar a sua utilização nas escolas, proporcionando aos alunos uma vivência que somente faça sentido se eles estiverem em seu ambiente natural e cultural; criar situações variadas que possam despertar e aguçar o interesse e a curiosidade que os alunos possuem naturalmente, para tornar a matemática agradável de ser aprendida tendo como objetivo conectar a matemática ensinada nas escolas com a matemática presente em seus cotidianos. (D’AMBRÓSIO, 1993, p.27).

A Etnomatemática sempre deve ser compreendida associada ao grupo cultural de um povo. Nesses grupos, cuja riqueza de conhecimentos é passada de geração em geração, o ensino de Matemática deve reconhecer e valorizar a pluralidade cultural, respeitando outras formas de perceber a disciplina e conforme enfoca Silva José e Santos Junior (2021), favorecendo o resgate cultural dos diferentes grupos.

Um panorama destacando suas características regionais, similaridades e diversidades sobre feiras livres brasileiras foi realizado por Araujo e Ribeiro (2018),

e através de um levantamento bibliográfico sistemático chegou ao total de 434 trabalhos. Foi possível mostrar a diversidade das feiras brasileiras e sua importância como centro cultural de uma cidade. Os autores relatam ainda da que apesar se sua importância econômica e cultural ainda carece de instrumentos que venham a preservar sua identidade cultural.

Sabemos que em diversas regiões, os indivíduos que compõem a população já estão atentos a preservação de seu patrimônio cultural e manifestam a busca por valorizar a produção local, que se tornam marcas identitárias, geográficas e territoriais, inclusive passíveis de registro como Indicação Geográfica (IG) e Denominação de Origem (DO) (ARAUJO; RIBEIRO, 2018).

Estudo realizado por Chaves (2011) que teve como objetivo fazer uma análise da importância socioeconômico e cultural da feira livre do município de Remigio-PB mostra as mudanças que a feira livre vem passando no decorrer do tempo, se readaptando há algumas realidades e resistindo há outras inovações. A feira tem sido palco de manifestações das tradições culturais nordestinas, pois consegue resguardar os símbolos culturais locais.

Ainda segundo esse autor, a feira “é um verdadeiro museu da cultura local”. Resistindo as novas exigências do consumo moderno e o crescimento das redes de supermercados as feiras resistem e mantém público cativo. Neste sentido, o perfil o socioeconômico e cultural realizado por Chaves (2011) na feira livre do município de Remigio-PB mostra que uma predominância dos feirantes do próprio município, onde a maioria é do sexo masculino e com a baixa renda e escolaridade.

Um estudo realizado por Nogueira e Pereira (2013) na qual, através de uma pesquisa qualitativa realizaram uma análise sobre a modificação da paisagem na Feira da Prata, em Campina Grande/PB, e suas consequências para a qualidade de vida da população a vivenciam. A pesquisa buscou contribuir para a discussão sobre a qualidade de vida e de trabalho na Feira da Prata e teve como público-alvo feirantes, moradores do entorno e consumidores. Entre os diversos relatos, merece destaque os relatos dos entrevistados de que é comum o poder público elaborar projetos urbanos sem ouvir os indivíduos que vivenciam o espaço, e, mesmo quando estes são ouvidos, suas reivindicações raramente são consideradas na realização do planejamento urbano (NOGUEIRA; PEREIRA, 2013).

No estudo realizado por Bandeira (2016) com uma comunidade horticultores de Gramorezinho, que fica no interior do Rio Grande do Norte, buscava compreender as raízes socioculturais do conhecimento matemático relacionado com o comércio de hortaliças. Visando a incorporação dos aspectos histórico-socioculturais da comunidade no processo de ensino- aprendizagem da Matemática acadêmica.

Um estudo realizado por Marinho e Rocha (2015) que tinha como objetivo realizar um estudo das condições ambientais da feira da cidade de Alagoinhas-BA observou que a maior parte dos feirantes reconhecem que as condições

ambientais são precárias causando incômodo tanto à vendedores como aos seus fregueses. Relatam excesso de sujeira, de barulho e aglomeração. Reconhecem que boa parte dessa insalubridade é causada pelos próprios feirantes, mas acusam o poder público de descaso, e por isso, não se sentem valorizados.

A feira livre merece destaque por ser uma forma de persistência social, cultural e econômica enfrentando ao longo dos anos o comércio tradicional e representando uma alternativa de sustento para diversas famílias que não têm recursos para possuir um comércio nos moldes “modernos” (MARINHO; ROCHA, 2015)

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos e soluções desenvolvidos pelos feirantes se realizam na necessidade de resolver seus dilemas, sejam de ordem profissional, psicológica ou social. Estes se mantêm no tempo por conta da sua transmissão tradicional, por meio da oralidade e de outros mecanismos de transmissão, neste momento se evidencia o poder de resistência destes grupos de transmitir e ressignificar a sua vida e ao mesmo tempo passá-la adiante.

Assim, o ato de contar, de medir, quantificar de feirantes, pedreiros e outros que ficam pouco tempo nos bancos escolares nos mostra que a aventura de criar não se subscreve a estes locais, para isto a etnomatemática vai buscar jogar luz ou apenas direcionar o olhar para esta indústria de criação que, mesmo sem um método, sem uma descrição cartesiana, consegue reagir à vida e inventar suas soluções e dar “seu jeito”. Neste sentido, decolonizar seria olhar para as tramas destes povos e perceber, na sua resistência, as suas criações. Na resistência dos feirantes à criação de ferramentas lógico-matemáticas para poder atuar dentro de seu incipiente mundo mercantil.

4.4 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

BANDEIRA, F. A. **Pedagogia etnomatemática**: reflexões e ações pedagógicas em matemática do ensino fundamental. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

BANDEIRA, F. de A.; MOREY, B. Pedagogia Etnomatemática: do "par de cinco" às concepções do sistema de numeração decimal. **Boletim de Educação Matemática**, v. 23, n. 37, 2010, p. 1063-1080

CHAVES, Gilvando Rodrigues. **Análise Socioeconômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB**. 2011. Monografia (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC/UEPB. Campina Grande-PB, 2011

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar e conhecer**. Editora Ática, Série Fundamentos, 2. edição, São Paulo, 1993.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma**. In: Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 7-37.

MARINHO, M. B.; ROCHA, L. C.. A feira da cidade de Alagoinhas - Bahia e os desafios da formação para a educação ambiental e lazer. **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão on-line. Editora Dra. Valdeci dos Santos. Feira de Santana – Bahia (Brasil), n. 19 (jul. – dez. 2015), 20 dez. 2015, p. 119-137. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>. Acesso em: 12 dezembro 2022.

NACARATO, Adair Mendes; DA SILVA MENGALI, Brenda Leme; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, F. G.; BISPO, J. de S. G.. Etnomatemática: explorando a linguagem Matemática na comercialização dos produtos Agrícolas na feira livre de Ouriçangas -BA. 2020. **Revista FATEC de Tecnologia e Ciências**. v.5. n. 1, 2020

NOGUEIRA, K.W.A.S.; PEREIRA, M.P.B. Uma análise qualitativa sobre a modificação da paisagem na Feira da Prata, em Campina Grande/PB, e suas consequências para a qualidade de vida dos que a vivenciam. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 379-397. ISBN 978-85-7511-443-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0022>. Acesso em: 12 dezembro 2022.

SANTOS, Eliane Brito dos. **A ludicidade na educação infantil: perspectivas a partir de uma escola de Lagoa de Dentro/PB**. João Pessoa: UFPB, 2016. 55f.

SILVA JOSÉ, I. B.; SANTOS JUNIOR, C. L. A etnomatemática como ciência a serviço do resgate cultural. **Revista Binacional Brasil-Argentina**: Diálogo entre as ciências, [S. l.], v. 10, n. 02, p. 219-231, 2021. DOI: 10.22481/rbba.v10i02.9694. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/9694>. Acesso em: 4 jan. 2022.

Capítulo 5

O processo psicoterapêutico numa perspectiva junguiana e a dança sob o olhar de Laban

Ana Fabíola Costa Homem Baptista Galvão

anagalvao@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Samai Alcira Cunha

docente.samaialcira@fsssacramento.br

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

Mestre em Psicologia pela UFBA

RESUMO: O corrente artigo busca conectar dois conceitos como forma de se criar uma ponte para obter um conhecimento epistemológico. A dança como método, e a prática do autoconhecimento como objetivo central. Como principal fonte de pesquisa, será usada estudos sobre Rudolf Laban para abordar o conhecimento acerca da dança enquanto método que assume o corpo e sua subjetividade, e a obra de Carl Gustav Jung para a prática do autoconhecimento por meio da psicologia analítica, que engloba o processo de individuação e o resgate do *self*. Para tal, utiliza-se a revisão bibliográfica, baseada na abordagem qualitativa, e interpretação de resultados experimentais. Os dados analisados mostram que a dança labaniana e a psicologia analítica contribuem para a melhora do autoconhecimento, bem como a melhora da saúde psíquica.

PALAVRAS-CHAVE: Laban. Psicologia analítica. Jung.

5.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo procura abordar e analisar questões concernentes à relação entre a dança e a prática do autoconhecimento. A dança como processo psicoterapêutico, dentro do conceito corpomídia (KATZ; GREINER, 2012), e processo de criação do movimento por uma investigação corporal de Rudolf Laban, através da psicologia analítica.

Com base no que Rengel (2017) utiliza, que a fluência dos sentidos e emoções promove a queda do esquartejamento mental, dando vasão a crença de que as emoções não atrapalham o desenvolvimento intelectual. Porém, pode ser que ambos, razão e emoção se completem e se desenvolvam mutuamente, dialeticamente, sucedendo que esse estudo venha permear conceitos de que somos um ser único, sem essa dicotomia, que tudo está ligado e que o corpo não só reflete no processo da cura psíquica como também ele torna-se a própria cura por ser um só, razão e emoção.

Na busca incessante das pessoas pelo que chamamos de felicidade ou de se sentirem realizadas; elas almejam algo com que se identifiquem e as façam plenas mais e mais. Entretanto, essa busca nada mais caracteriza a incessante luta por sanar a angústia que é inerente ao ser humano (LACAN, 1962), a angústia que está articulada à ideia de existência do ser humano, o não perder-se de si. Logo a problemática se dá quando essa angústia torna-se patológica. Dentro dessa procura, pode-se elencar itens que estão inseridos no meio artístico, a dança no que se refere ao processo criativo, e de acordo com a teoria da abordagem da psicologia analítica, ao qual Jung fala sobre deixar surgir o verdadeiro *self* e fluir a criatividade como processo de cura.

Ao utilizar-se da arte no processo psicoterápico como instrumento de intervenção para a promoção de saúde e qualidade de vida em pessoas que apresentam sofrimento psíquico, há uma correlação que se dá a partir de vários elementos, sendo um deles a criatividade. E nesse aspecto da arte/dança em seu processo de criatividade a qual Jung traz em sua psicologia analítica é que pretende-se pesquisar a importância da dança no processo terapêutico.

5.2 REFERENCIAL TEÓRICO

5.2.1 O corpo e sua subjetividade através da metodologia de Rudolf Laban

A relação da psicoterapia e a criatividade em seu processo artístico corporal, constitui uma gama importante da psicologia como intervenção terapêutica.

Alguns autores mais clássicos como, Spinoza, Schopenhauer, já debatiam sobre a subjetividade do corpo e suas relações.

Spinoza (2009) desenvolve algo em relação ao corpo, o corpo como uma potência de afetar e ser afetado. Ele traz o sofrimento de forma que este está vinculado a outros corpos, algo que Reich apresenta como couraças, pois a cada sofrimento, trauma, decepção, o corpo vai enrijecendo, formando nódulos musculares, deixando registros sobre este mesmo corpo. Então quando destaca-se (KATZ; GREINER, 2005), em que aborda a expressão “corpomídia”, é que se apresenta um corpo onde sempre está em algum ambiente, e sempre trocando informações, porém não no sentido de dar e receber, mas sim de sempre ser contaminado não só por informações verbais ou intelectuais, mas informações que vai desde os hábitos do cotidiano até o ver um filme, escutar músicas, ou ir a uma festa.

Já para Schopenhauer (1788-1860), conhecido como filósofo da Vontade, aborda que nos perdemos no exterior procurando resolver os mistérios das coisas sendo que, na verdade, era somente voltarmos o olhar para nós mesmos, uma vez que, nós humanos, temos acesso direto ao próprio interior, e que para entendermos o mundo, precisamos partir de nosso próprio corpo. Porém, para ele o que preenche esse corpo são os desejos, impulsos, ânsias, propensões, mas também carências e necessidades.

Essa harmonia é testemunhada através do corpo e do espírito, na alegria que é sentida ao se ajudar o outro. Por outro lado, também naquele que semeia o ódio e está tomado pelo egoísmo, isto transparece por meio da má disposição de caráter e da rigidez corporal. Na verdade, enquanto expressão imediata da Vontade, o corpoparticipa de todos os seus modos de aparição. É o sujeito quem sofre, por meio do seu corpo. (MENDONÇA,2019)

Assim, o corpo torna-se um conjunto dessas informações, ou seja, o corpomídia que é justamente esse corpo subjetivo, esse instrumento do ser humano, capaz de comunicar-se através de seus registros anteriores em resultado a todo e qualquer tipo de relação vivida com o ambiente, ou seu meio social.

A dança torna-se possível a partir de um corpo com possibilidades, histórias e registros, trazendo um corpo que é um conjunto dessas informações trocadas, onde todos os movimentos que o corpo já fez na vida continuam e aparecem de alguma maneira quando dança, ressaltando numa perspectiva da dança contemporânea, que traz elementos subjetivos, criadores, pensantes. Vale destacar, a alemã, bailarina, coreógrafa e pedagoga em dança Pina Bausch, no momento em que apresenta com maestria, ao cenário da dança o dançarino não só como “dançarino intérprete”, mas também como “intérpretes criadores”, onde eles po-

dem exteriorizar, “mágoas e susceptibilidades, forças, fraquezas, contradições e complexos, desejos e medos, seus sonhos e sua realidade. (HOGHE, 1989, p.28).

É imprescindível e necessário, compreender a obra de arte do nosso tempo e de épocas passadas, considerando a sua natureza dentro do contexto em que foi produzida e os princípios pelos quais foram estruturadas. Assim, a obra de arte pode ser definida como um objeto que possui a capacidade de expressar uma experiência dentro de uma determinada organização ou disciplina. No entanto, essa experiência provém de circunstâncias que determinam uma obra de arte como: pensamento, imaginação, época, lugar e, sobretudo, o ambiente em que nasceu. Seguindo essa concepção, a arte reflete a infinita capacidade humana para a associação, para circulação de experiências, e ideias. Contudo baseia-se principalmente em pensamento divergente, caracterizando-se como um instrumento de modificações, pois a arte transforma.

Na contemporaneidade, sabe-se que a arte do passado ou do presente, não é vinculada apenas nos padrões homogeneizantes, é vista como a produção de significados feita pelo ser humano a partir de sua interação no mundo como também está presente no cotidiano.

5.2.2 O processo de autoconhecimento na psicologia analítica através da metodologia corporal de Laban

Rudolf Laban (1870-1958), artista de muitas referências em inúmeros aspectos, vinculando contato com campos de conhecimento como Arquitetura, Psicologia, entre outras, contudo mantendo sempre o destaque no estudo do movimento, em especial a dança, concebeu um trabalho artístico-pedagógico reiterado, baseado por variadas influências as quais fizeram com que a sua expressão artística, “Arte Corporal”, se tornasse bastante heterogêneo, fomentando não necessariamente como foco de um movimento executado por bailarinos ou profissionais da área, como também movimentos do cotidiano por indivíduos contemporâneos. Laban (1978) englobava uma analogia entre o corpo, as emoções e a razão, trazendo a primazia à importância do desenvolvimento da habilidade do corpo em se movimentar expressivamente e de maneira integrada. A integração que ele abordava estava chamando atenção, pois remetia à integração corpo e mente, assunto muito revisitado em diversas áreas, de Biologia à Filosofia.

Ao parafrasear Katz e Greiner (2012), ao se referir a essa arte específica como linguagem, implicitamente desloca uma propositura de que esta, é uma das línguas nas quais o corpo se evidencia de forma incontestável, como uma linguagem visualmente expressiva das emoções internas, que traduz uma verdade interior. E esse corpo ao se utilizar desta linguagem da dança, elucida uma autenticidade interior, a qual este mesmo corpo elabora uma exposição oral confessada com fidedignidade, visto que se a dança for a expressão de uma verdade, provavelmente ela será isenta de outra exigência, abrindo portanto, um

viés psicoterapêutico no que se diz respeito à psicologia quando nos traz a cura pela expansão da consciência trazendo luz às sombras.

Vale salientar que durante seus estudos Rudolf Laban chegou a conhecer Carl Gustav Jung, em um assentamento no Monte Verità, na fronteira com a Suíça. O local serviu de muitos eventos e também abrigou comunidades utópicas e culturais no início do século XX, se fôssemos comparar com os dias atuais, seria uma comunidade hippie, costume da época onde grandes pensadores passavam tempo para expandir seus estudos ou até mesmo fugir da guerra.

Nesse momento, em contato com Jung, Laban fundamentou e registrou os quatro fatores de movimentos, que fazem relação com a teoria da personalidade de Jung. Fatores esses que deram origem a sua teoria bastante difundida, que são os fatores expressivos como: Fluência, movimento fluído onde você solta, solta e controla. A fluência tem a ver com a emoção, contato com o corpo, com a mãe.

No segundo tipo de movimento, temos o Espaço, onde ele relaciona a comunicação e a percepção de si com o outro. Tipo de movimentação com linhas, curvas e foco. O foco de todo o corpo, não só a visão e sim uma relação com o foco e o multifoco.

No Terceiro movimento temos o fator Peso, está ligado a sensação de movimento leve e firme, intensidade e força, onde está relacionado ao desenvolvimento, ou seja, no momento em que a criança começa a dar os primeiros passos, fica em pé e cai. Já no quarto e último fator Laban traz o Tempo; tipo de movimento que acontece muito na improvisação trazendo a intuição e decisão, ou quando fazemos coisas inconscientes. Ele ainda relata que esses fatores passam por toda a vida durante as fases de desenvolvimento.

A Prof^a Dr^a Lenira Rengel (2021), em sua palestra *online* sobre Rudolf Laban em parceria com o Labocorpo- ESAT/UEA com a Prof^a Carmen(UEA), aborda que o movimento vem cada uma com sua interpretação individual, apesar dos fatores de movimento já trazidos por Laban, pois cada movimento tem sua interpretação, ou seja, existe uma gama de possibilidades mesmo a partir dos conceitos trazidos anteriormente por Laban. Este corpo refere-se a um corpo conectivo onde as coisas acontecem dentro, porém aparecem fora, tudo se dá de dentro para fora (RENGEL, 2021). A emancipação psíquica começa no corpo, a dança labaniana não é desconectada de relações, ela tem um conceito segundo a sua biografia de que estamos conectados por inteiro, não há o dualismo corpo mente.

Contudo, ao abordar a psicologia analítica de Carl Gustav Jung, quando nos traz a individuação como estado de saúde psicológica resultante da integração de todas as facetas, conscientes e inconscientes da personalidade, e que para isso a pessoa deveria abandonar o comportamento e valores que regeram toda a metade da vida e enfrentar o seu inconsciente, trazendo a consciência e aceitar o que ele lhes disser para fazer. Além de, também ouvir os seus sonhos, seguir suas fantasias, exercer a imaginação criativa, através das manifestações artísticas, deixando-se guiar pelo fluxo espontâneo do inconsciente, e não pelo racional,

pois só assim o verdadeiro *self* se revela. É que relaciono o processo terapêutico através do corpo dançante e conectivo já referido acima, numa proposta de desvendar o verdadeiro *self* através deste.

5.2.3 A possível cura através da Dança, por uma abordagem psicológica de Carl Gustav Jung

Segundo Schultz e Schultz (2016), estrutura da psique junguiana divide-se em 3 partes, consciente, que mantém o contato com o mundo interior (processos psíquicos, internos) e o mundo exterior (meio ambiente e social) do sujeito; inconsciente pessoal armazenamento de experiências individuais, reservatório de material que já foi consciente mas foi esquecido ou reprimido; e inconsciente coletivo que é a consciência da coletividade, de geração em geração, a ancestralidade humana. E também tendo conhecimento do processo de criação do movimento por uma análise corporal de Rudolf Laban, que nos traz 4 fatores de movimento (RENGEL,2017) - Fluência, Espaço, Peso, e Tempo - que fazem relação com a personalidade. Parte-se daí o interesse em, pesquisar a relação da dança dentro da análise corporal de Rudolf Laban e do conceito corpomídia dentro do processo psicoterapêutico na abordagem da psicologia analítica.

O conceito da teoria “corpomídia” criado por Greiner e Katz (2005), nos apresenta o corpo que funciona como um estado entreposto por um procedimento em direção a atuações, cognições e percepções . E este mesmo corpo, nos traz a sua colocação com o mundo, bem como sua própria organização. Este corpo pode se apresentar de forma regular ou casual, ou seja, o corpo é portanto, movimento em permanente comunicação de seus estados, (BITTENCOURT; SETENTA,UFBA).

A conjuntura em que se aplica a dança, trata-se de um processo de comunicação onde são produzidos alicerces, princípios que são verificados diferentes habilidades como: sensório-motoras, intelectuais, perceptivas, emocionais, de forma entretecida. Logo, a dança exterioriza uma produção de pensamento, por um viés único ou pensamentos múltiplos. O contexto da dança por sua vez é elaborado com elementos que se interligam no corpo, no som, no espaço, no movimento. O corpo que dança, compromete-se em movimento criativo e expressivo, a resolução de questões, a formação e o debate de possibilidades da concepção de uma nova realidade.

Apenas aquele aspecto da arte que existe no processo de criação artística pode ser objeto da psicologia, não aquele que constitui o próprio ser da arte. (...) Ou seja, a pergunta sobre o que é a arte em si, não pode ser objeto de considerações psicológicas, mas apenas estético-artísticas (JUNG, 2013, p. 65)

Segundo Jung (2013), os passos para que o processo de individuação aconteça são: Desnudamento da persona, retirando os excessos de máscaras; Confronto com a sombra, reconhecendo os próprios defeitos; Confronto com o anima e animus, aceitar as qualidades emocionais de ambos os sexos; Desenvolvimento do *self*, integra o material consciente e inconsciente.

Trazendo o complexo como o centro de padrão de emoções, lembranças, percepções e desejos no inconsciente pessoal, organizado em torno de um tema comum. O complexo determina como a pessoa percebe o mundo. Ele achava que os complexos provinham não só da infância e das experiências como adultos, mas também das experiências dos nossos ancestrais, a herança da espécie contida no inconsciente coletivo.

Ainda sobre sua teoria, Jung (2013) define os arquétipos, contudo baseia-se também no arquétipo da Persona, que é uma máscara ou rosto público que usamos para nos apresentar como alguém diferente de quem somos, embora seja útil, pode ser perniciososa nos afastando de quem realmente somos, o verdadeiro Eu. Já no arquétipo da *self* representa a unidade, integração, harmonia da personalidade, uma realização que está no futuro, é uma meta, percepção das próprias habilidades, que serve como fonte motivadora nos empurrando para frente ao invés de puxar para trás.

A partir deste discurso das teorias supracitadas, chega-se então ao ponto ápice do processo da possível cura psíquica. Rengel (2017), diz que ao entrar em contato com o movimento espontâneo da dança, de um corpo com registros, o corpomídia, um corpo histórico, é que se concatena o processo psicoterapêutico através do método de individuação, revelando o verdadeiro *self*. Através do movimento desnudo de todas as máscaras obtidas com o tempo, de um corpo com a potência de afetar e ser afetado no que se diz respeito às relações, e além de executar sua capacidade criativa, é transferido para a luz tudo que está a sombra, por meio da dança, do movimento que possui uma linguagem verdadeira e não obscura. Assim, se faz jus ao processo de saúde psíquica, com a expansão da consciência que traz a cura, revelando sua verdadeira identidade, o seu verdadeiro *self*, algo também explícito por Bispo (2021).

Uma vez que esse corpo ao dançar dentro dos parâmetros de Laban (1978), será capaz de traduzir toda a sua verdadeira essência no momento em que for criativo, não tendo formas corretas, nem receitas prontas para que se revele, esse mesmo corpo assume então a subjetividade corporal que estará impressa em cada movimento, ou seja, o desnudamento, o processo de individuação do qual Jung nos traz, começa acontecer por meio do corpo, devido ao fator criatividade.

A criatividade e seus esforços criativos ajudam o indivíduo a aprender a interagir com o outro, com o ambiente e consigo próprio, além de ir ao encontro dos próprios vínculos, abrindo um caminho na procura do bem estar psíquico. No entanto, é preciso participar corajosa e pessoalmente de sua relação com o inconsciente, de sua própria capacidade de expressão, de representação e

de dramatização, que neste caso será permeado pela dança” labanotation”. As emoções participam da racionalidade através do corpo, é possível, portanto, através da arte e da criatividade, reatar a ligação entre sujeito e objeto, mente e matéria, qualidade e quantidade, sentimento e razão, liberdade e determinismo.

Sendo assim, a arte se torna “...o meio indispensável para essa união do indivíduo como o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e ideias” (FISCHER, 1979, p.13).

5.3 METODOLOGIA

A revisão narrativa é uma das ferramentas da pesquisa qualitativa, segundo Brum et al. (2015), pois dispõe de vastas características visto que, além de retratar o desenvolvimento do tema em questão, com base teórica, também propõe uma análise e interpretação da obra onde identifica lacunas de conhecimento para contribuir com a produção de novos trabalhos. Este é um trabalho baseado em pesquisa qualitativa, tendo como conceito de qualitativa, uma pesquisa que aborda a efetividade dos fatos, onde estes fatos não podem ser quantificados, ou seja, ela trabalha com uma totalidade de significados, de motivações, aspirações, valores, crenças, e atitudes (MINAYO, 2014). O objetivo de um trabalho qualitativo, é confrontar o pesquisador com todo material existente já escrito, dito ou filmado sobre um assunto estabelecido (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A narrativa desta pesquisa foi realizada entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2022, em conjunto à dados eletrônicos como, live com a professora autora Lenira Rengel, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, onde foi utilizado as palavras-chave: “Dança” “Psicologia Junguiana”, “Saúde Mental”, “Psicologia Analítica”, “Laban”. Os critérios para seleção devem conter questões referentes à dança contemporânea em todo seu processo criativo, a partir de movimentações não pré estabelecidas, bem como a psicologia analítica em consonância com a arte e seu processo de individualização através dela. Em seguida, a revisão narrativa foi baseada em artigos científicos, relatos e correlatos de experiências através da abordagem supracitada. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa é feita com publicações apropriadas para desenvolver e discutir um fenômeno em desenvolvimento, sob um ponto de vista teórico ou contextual a partir de análise na literatura publicada em livros e artigos na impressão e análise crítica do autor.

Portanto, este trabalho tem como proposta promover o debate de como a ciência psicológica pode confabular com as artes, em específico a dança em suas possibilidades de terapia, impulsionando esse desdobramento do olhar acadêmico e de atuação profissional, uma vez que poucas disciplinas são ofertadas no meio acadêmico.

5.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse corpo ativo, ao qual tanto se fala, nem sempre foi pensado em consultórios, meio acadêmico, cotidiano. Porém, esse pensar do ser humano como um ser íntegro sem dualidades, um corpo que cura e é curativo, vem reverberando a cada dia mais. Nessa perspectiva é que discutiremos sobre os resultados obtidos de outros autores que contribuem com a investigação, a partir da temática exposta até aqui, buscando sempre sanar a real problemática do estudo proposto.

Na vivência terapêutica de Bispo (2021), observa-se o resgate do *self* por meio da psicologia analítica, através da busca pessoal incessante de um corpo histórico, cheio de máscaras e entraves, criados ao longo do tempo de sua própria vida. Uma vez permitido esse mesmo corpo em movimento, ser criativo livre e desnudo devido ao contato com seu inconsciente, bem como através desse movimento criativo com fundamentação na contemporaneidade de Laban, que segundo seus fatores de movimento são, fluído, espacial, foco, peso, e que percebe-se que esta promoveu a sua busca pelo desnudamento do eu, fazendo com que fosse procurar a sua identidade étnica, sua dança ancestral, além de resgatar sua espiritualidade. Trazendo à tona um inconsciente coletivo, ao mesmo tempo que nesse processo era elucidado à consciência, todas as suas sombras, as quais foram abraçadas e entendidas pela mesma, por meio do processo terapêutico junguiano, bem como a imaginação ativa.

[...] fometei a troca de experiências no coletivo, levando em consideração a história de vida individual. Por fim, busquei atualizar os padrões desenvolvidos, reconhecendo possibilidades de mudanças, tendo como ponto central o processo de individuação e realização de si mesmo (BISPO, 2021)

Ao retratar Reis (2017), que aborda a psicologia analítica com o intuito de resgatar a imagem corporal de deficientes visuais, é que faz-se necessário manter o conceito de individuação, conjuntamente ao processo terapêutico aplicado o qual baseia-se inicialmente neste mesmo conceito. Contudo, ao contribuir com que a imagem corporal seja percebida em sua totalidade, o corpo torna-se consciente, sendo chamado de *self* corpóreo pela autora. Algo que neste momento revalida a problemática concernente a este trabalho, que é justamente esse contato com imagens arquetípicas, as quais servem de matriz para a expressão e desenvolvimento da psique, e que foram agregadas à consciência através do caminho da individuação, da psicologia analítica. Portanto, segundo Reis (2017), a dança é para a psicologia analítica, uma criação cultural que pelo comparti-

lhamento coletivo e ancestral tem um fundo arquetípico, pois está imbuído de sentidos e construções míticas.

Em seu trabalho experiencial com um grupo de mulheres em estado de depressão, Rodrigues et al. (2012), cataloga melhoras significativas através da arte, neste caso faz-se um recorte à dança, onde se utiliza de conceitos da dança labaniana, com o intuito de soltar o corpo rígido, resgatar a fluência, para ao final assumir uma movimentação original que é inerente a cada ser humano, por meio desta escuta corporal, ou seja um processo de individuação acontecendo, durante o processo psicoterapêutico experiencial, acontecem melhoras significativas com as mulheres do grupo. De acordo com relatos das próprias participantes e da visão dos autores deste trabalho durante três meses de experiência, explanaram que:

Por meio do dançar e do fazer artístico puderam entrar em contato e se expressar com o corpo, não só como matéria, mas também com sua dimensão lúdica e simbólica, o que favoreceu a compreensão de que sua rigidez, dores e travas muitas vezes estavam mais além de perturbações meramente físicas ou de sintomas depressivos. (RODRIGUES et al., 2012)

Neste recorte feito a dança, pode-se observar uma postura corporal após a prática, mais melhorada, mais consciente na medida em que houve o contato do consciente com o inconsciente, permitindo assim vir à tona experiências sofridas, percebendo-as e apoderando-se de novos manejos para lidar com os conflitos existenciais.

Pode-se então, nesta discussão corroborar como o processo terapêutico por meio do segmento da psicologia analítica de Carl Gustav Jung, o qual faz-se correlacionar com a dança labaniana, em busca de uma possível cura, e estado de melhora significativa para o adoecimento psíquico.

5.5 CONCLUSÃO

O processo psicoterapêutico na visão da psicologia analítica de Jung e a importância da dança sob o olhar de Laban, que é um olhar, de um corpo conectivo, real e cheio de experiências, traz muitas possibilidades à prática do autoconhecimento.

Ao abordar e analisar questões concernentes em relação à dança e a psicoterapia, é notório através da revisão literária exposta até aqui, a sua eficácia. Porém ainda se necessita de mais estudos e relatos de práticas nesta área uma

vez que a sua bibliografia ainda é restrita. Contudo, contribui-se através deste olhar acadêmico e de atuação profissional.

5.6 REFERÊNCIAS

BARROS, M.; FERREIRA, L. A arte como estratégia de intervenção psicoterapêutica: I Simpósio Científico De Práticas Em Psicologia. **Psicologia e Saúde em Debate**, v.2 Supl.1, p. 1–4. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V2S1A1>. Acesso em: 09 out.2021.

BERTRAND, Lino. **Criatividade, Educação e Arte**. Setembro de 2018

BISPO, Tania Maria do Nascimento. **Dança para Todos- Pela liberdade de ser o que se é**. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34030>. Acesso: em 07 nov.2022.

BITTENCOURT, Adriana; SETENTA, Jussara. **O corpomídia que dança: processos enunciativos de significação**. I Enecult-FIB-UFBA. Disponível em: <https://docplayer.com.br/41477419-O-corpomidia-que-danca-processos-enunciativos-de-significacao.html> . Acesso em: 09 out.2021.

FISCHER, E. **A necessidade da Arte** . 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

JUNG, C.G. **O livro vermelho**. Edição sem ilustrações, ed. Vozes, 2013.

KATZ, Helena (PUC-SP e UFBA), GREINER, Christine (PUC-SP). **Visualidade e imunização: o inframince do ver/ouvir a dança**. Anais do II Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança – Anda Comitê Dança e(m) Política – Julho/2012.

KATZ H. **Por uma teoria corpomídia**. 2005. Disponível em: <http://www.helenakatz.pro.br/interna.php?id=13>. Acesso: em 13 ago. 2018.

LABAN, R. **O domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978

LACAN, J. **O seminário, livro 10: a angústia (1962-1963)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Campo Freudiano no Brasil).

LUCENA, Aline Soares de. **Processos cocriativos em dança: ação corporal labaniana nas experiências do que nos é comum**. Dissertação (Mestrado -

Programa de pós-graduação em Dança) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2017. Disponível em: Acesso em 23 de nov 2021:

MENDES Nunes, M.; CONDE, M. M.. A expressão do movimento e os benefícios da construção de uma educação somática com crianças: uma leitura da psicologia junguiana. *self - Revista Do Instituto Junguiano De São Paulo*, v.6, n.1, p.1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21901/2448-3060/self-2021.vol06.0009>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MENDONÇA, Morgana Marinella. O papel do corpo no pensamento ético de Schopenhauer. *Voluntas Revista Internacional de Filosofia Santa Maria*, v.10, n.1, p. 110-123 ISSN 2179-3786DOI:10.5902/2179378636652Submissão: 30 jan. 2019.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sobre o corpo-afeto em Espinosa e Winnicott. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2013 . Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em 22 nov. 2021.

REIS, Juliana Chagas dos. **A transformação da imagem corporal de deficientes visuais a partir da dança: uma perspectiva da psicologia analítica**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RENGEL, Lenira Peral, /et al. **Elementos do Movimento na Dança**. Lenira Peral Rengel, Eduardo Oliveira, Camila Correia Santos Gonçalves, Aline Lucena e Jadiel Ferreira dos Santos. Salvador: UFBA, 2017. 102 p.: il. Acesso em: 29 mai. 2019.

RENGEL, L.; LUCENA, A. **Ação corporal labaniana com respeito ao comum**. Anais do IV Congresso da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança – ANDA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22688> . Acesso em: 29 mai. 2019.

RODRIGUES, Irlanda M. C.; ZIMMERMANN, Elisabeth Bauch; Torres-Valladares, Ana C. A. Arte Terapia na Roda de Mulheres: A Vida em Movimento. **Revista Científica de Arteterapia Cores da Vida** ISSN: 1809-2934. - v. 15 - n. 15 -Julho – Dezembro - 2012 Disponível em: <http://www.brasilcentralArteterapia.org> . Acesso em: 15 nov.2022

ROUQUARYOL, M, MZ; FILHO A. **Epidemiologia saúde**. 6 ed. Rio de Janeiro. Medsi. 2003.

SANTOS, Jérssia Laís Fonsêca dos; FONSECA, Patrícia Nunes da, BRASILEIRO, Tamiris da Costa, ANDRADE, Patrícia Oliveira de; FREITAS, Nájila Bianca

Campos. A relação entre os estilos parentais e o engajamento escolar. **Temas em Psicologia**, v.22, n.4, p.759-769. 2014.

SPINOZA, B. Ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1677/2009.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **Teorias da Personalidade**. Tradução da 10ª edição norte-americana. ISBN: 9788522123933 . 2016.

ZIMMERMANN, Elisabeth B.; BARCELLOS, Adriana S. T.; PASSOS, Juliana C. **Apresentação de pesquisas relacionadas com a criação em dança, a psicologia junguiana e os métodos de Laban Wigman e Gelewski**. Campinas: Unicamp, Debate Aberto de Grupo de Pesquisa. Coordenação: profa Dra Elisabeth Zimmermann: III Seminário de Pesquisas do PPG Artes da Cena, Campinas, Unicamp, 2015.

ANEXO A

Sobre os autores

Adeildo Moacir Costa Magalhães

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal da Bahia (março de 1977), Especialização em Engenharia de Processamento Petroquímico pela UFBA/Petrobrás (março de 1977), Especialização em Análise de Sistemas pela Estácio de Sá/CENID (1984), Mestrado em Gestão Integrada de Organizações pela UNEB (2004). Atuação profissional na Braskem - Insumos Básicos (ex-Copene Petroquímica do Nordeste S.A), durante 28 anos, onde ocupei diversos cargos gerenciais de 1977 à 2004. Atuação, como professor universitário, em cursos de graduação e pós-graduação desde 2004, tendo lecionado as seguintes disciplinas: Planejamento de transportes, Administração de recursos materiais, Negociação, Transportes marítimos, Sistemática de comércio exterior, Prática de comércio exterior, e Tópicos avançados em comércio exterior. Professor da Faculdade Santíssimo Sacramento - FSSS desde 2005, onde atualmente leciona as disciplinas: Administração de Materiais e Logística, Introdução à Engenharia de Produção, Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos, Negociação e Administração de Conflitos, e Engenharia de Produto. Coordenador do Curso de Engenharia de Produção da FSSS desde o seu início (fevereiro de 2008) até o presente momento.

Ana Fabíola Costa Homem Baptista Galvão

Licenciatura em Dança (UFBA). Graduanda em Psicologia (Faculdade Santíssimo Sacramento). Pós graduada em Psicopedagogia. Pós graduanda em Neuropsicologia Participante - Bolsista do grupo de pesquisa em Neuropsicologia Clínica e Cognitiva (NEUROCLIC) - UFBA.

Ana Rita Santiago

Possui mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2005), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2010) e pós-doutorado pela Université Paris Descartes, Sorbonne, Paris V. Foi pesquisadora - talento da Université Paris Descartes (2017-2019), Sorbonne, Paris V. Foi pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente é professora associada aposentada da UFRB; é docente-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus 2; é pesquisadora do GT 'A mulher na literatura', da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); e é coordenadora editorial do Selo Katuka Edições. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras e educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: ensino de língua portuguesa, produção de textos, literatura brasileira, literatura afro-feminina, memória, identidade, escritoras negras brasileiras, autoria negro-feminina no Brasil e na África.

Dileã do Carmo Chaves

Nascido no dia 09/11/1988, natural de Entre Rios-Bahia, é Graduada em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento na cidade de Alagoinhas-Ba.

Fabianno Andrade Lyra

Possui Graduação em Psicologia e Mestrado em Serviço Social/Política Social ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pesquisador-Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Exclusão/Inclusão Social: Aspectos Psicossociais e do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho. Elaborou e executou trabalho de Análise Institucional no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW/UFPB) e atuou por aproximadamente quatro anos como Coordenador Acadêmico. Atualmente desenvolve atividades de ensino e pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. As terminologias correntes no CV-LATTES pautando a produção em C, T & A são: Orientação Vocacional / Profissional; Psicoterapia Breve; Psicoterapia Existencial; Saúde Mental no Trabalho.

Fábio da Silva Santos

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Pesquisas em Proteção Internacional de Minorias da USP. Mestrado e Doutorado pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pesquisador e

Bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Direito Público e em Docência do Ensino Superior. Membro do Grupo de Pesquisa em Cidadania e do Núcleo de Pesquisa em Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade (UFBA), e Educação e Desenvolvimento. Pesquisador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Professor de Ciência Política e Direito Constitucional (UFBA). Professor (Cursos de Graduação e Pós-Graduação) de Direito, Metodologia Científica e Pesquisa Jurídica no Centro Universitário Nobre - UNIFAN e Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana – UNEF, Universidade Católica do Salvador – UCSAL; e Faculdade Santíssimo Sacramento (Alagoinhas/BA).

Gisele Santos Fernandes

Mestranda em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia - UNEB), Linha de Pesquisa: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Membro do grupo de pesquisa Ódun ti imó (Tempo de Conhecimento), Gêneros, Identidades, Literaturas e Educação (GILE), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Especialização em Letras: Português e Literatura e História do Brasil. Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Graduada em História pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias- FAC. Professora de Língua Portuguesa do ensino fundamental II do Colégio Municipal Jorge Amado - Seabra- Ba.

Janaína Alves dos Anjos

Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade Santíssimo Sacramento (dezembro de 2020), pós graduanda em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) (conclusão em fevereiro de 2023). Atuação profissional na empresa peruana Indústria de Bebidas São Miguel (ISM Brasil) com a execução das seguintes atividades: idealização e implementação do material para treinamento sobre como realizar apontamentos de parada de forma eficaz e quais os seus impactos positivos para uma fábrica, análise de falhas e elaboração de plano de ação, participação em projetos de melhoria, gestão do indicador OEE (Overall Equipment Effectiveness) a partir do lançamento diário de paradas, geração dos indicadores de desempenho das linhas e análise dos principais impactos diários por turno, abastecimento de linha de produção, conferência e devolução de insumos, inventário semanal, fechamento diário de produção do turno, controle de produção e de CO2 hora a hora.

Jeane Denise de Souza Menezes

Graduada em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (2003), mestre em Ciência de Alimentos pela Universidade Federal da Bahia (2009) e doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (2013) e Pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2015). Leciono as disciplinas Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Microbiologia, Projeto de Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Graduação Interdisciplinar I e II na Faculdade Santíssimo Sacramento. Coordeno o Grupo de Iniciação Científica intitulado “Gestão de Resíduos e Desenvolvimento Socioambiental”, sou Editora Chefe do e-book Cientíssimo. Possui experiências nas áreas: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Geoprocessamento e Biotecnologia, atuando principalmente nas temáticas: Geoprocessamento, Aproveitamento de Resíduos; Controle de Qualidade e Segurança de Alimentos; Bioprocessos e Bioprodutos.

José Fierre Esteves

Nascido no dia 08/04/1995, natural de Salvador-Bahia, é Graduando em Medicina pela Faculdade Estácio de Sá e Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento na cidade de Alagoinhas-Ba.

Juliana Matos de Melo

Mestranda em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia – UNEB), Linha de Pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Membro do GPLIN- Grupo de Pesquisa Letramentos, identidades e narrativas, da Universidade do Estado da Bahia. Especialização em Docência no Ensino Técnico e Profissional. Graduação (Licenciatura em Matemática), membro do grupo de pesquisa Ódun ti imó (Tempo de Conhecimento), Gêneros, Identidades e Literaturas.

Leila Patrícia Santos

Mestranda em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia - UNEB), Linha de Pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Membro do Gplin- Grupo de Pesquisa Letramentos, identidades e narrativas, da Universidade do Estado da Bahia. Especialização em Gestão de Pessoas com Ênfase em Consultoria, Graduação em Pedagogia com Habilitação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Faculdade Santíssimo Sacramento. Experiência na Área de Educação (Docência da Educação Infantil ao Ensino Superior - Graduação e Especialização), Docência em Cursos Técnicos e Profissionalizantes, Coordenação Pedagógica da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental, Consultoria em Capacitação e Formação de Gestores Escolares e

Educadores da Educação Infantil ao Ensino Superior, Coordenação Acadêmica (Nível Superior), Presidência \ Coordenação da Comissão Própria de Avaliação CPA, Pesquisadora Institucional Assistente, Pesquisadora Institucional (Planejamento, Organização e Recebimento de Comissões do MEC nos Atos Regulatórios de Autorização, Credenciamento e Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação Presencial e EaD (Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico) e demais demandas do Sistema E-MEC. Interesse de estudo pauta-se nos Processos de Pesquisa e Formação Docente, Currículo e Desenvolvimento Humano, Ciências e Políticas Educacionais, Planejamento Estratégico Educacional e Multiculturalismo.

Marina Gonçalves Dos Santos Santana

Graduanda em Engenharia de Produção pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS)

Marcelino Pimentel de Souza

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professor de História no ensino fundamental II - Inhambupe- Ba.

Rita de Cassia de Freitas

Graduada em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador - FTC (2008). Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2023). Graduanda em Mediação de Conflitos pela Faculdade Estácio de Sá (2023). Cursos de Formação nas áreas Formação de Professores, Fundamentos da Educação Inclusiva; Métodos de Aprendizagem; Prevenção de Drogas para Educadores de Escolas Públicas; Docência no Ensino Superior; Básico de Windows, Word 2010, Excel 2010 e Power Point 2010. Possui as seguintes especializações: Coordenação Pedagógica e Planejamento pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (2015); Docência no Ensino Superior, pela UNI-ASSELVI (2014); Culturas Afro-Brasileiras, pela FTC (2013); Educação Inclusiva, pela FTC (2012); Planejamento Educacional e Políticas Públicas, pela Faculdade Integrada, AVM (2012). Mestre em Teologia (área de concentração dimensões do cuidado e práticas sociais). Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Rio Real; Professora da área de Ciências no CEM (Centro Educacional Moranguinho) no Ensino Médio; Professora nos Cursos de Bacharelados em Administração, Direito, Enfermagem, Ciências Contábeis da Faculdade Santíssimo Sacramento. Tem experiência na área de Teologia, Educação - Formação de Professores, Educação - Coordenação Pedagógica, Professora em Cursos de Pós Graduação

”Especialização- Educação, Administração e Serviço Social, Tutoria em cursos de Pedagogia e História, docência na Educação Básica: Multisseriado ”Educação do Campo”, EJA, Ensino Fundamental anos Finais e Ensino Médio História / Filosofia / Geografia / Sociologia; Palestras na área das Ciências Humanas e Educação Emocional. Escritora do livro Curandeiros, Benzedeadas e Rezadores na Formação do Ser Mítico. São Paulo: editora Becalete, 2021.

Samai Alcira Cunha

Mestre em Psicologia pela UFBA. Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (2003). Especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia da Bahia. Psicóloga clínica, atua no atendimento à adultos. Docente do ensino superior desde 2006.

Tarso Marcelino Marques Balduino Cardoso Santos

Advogado OAB/BA. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Ruy Barbosa.